

Universidade Católica de Santos

Mestrado em Administração

**O Fluxo de Caixa como Ferramenta Gerencial: Um Estudo
Exploratório com Microempresas da Cidade de Santos**

Gilson Cuban Marcolino

**SANTOS
2011**

Universidade Católica de Santos

Mestrado em Administração

O Fluxo de Caixa como Ferramenta Gerencial: Um Estudo Exploratório com Microempresas da Cidade de Santos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu da Universidade Católica de Santos – UNISANTOS, desenvolvida sob a orientação do Prof. Dr. Belmiro do Nascimento João, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração. ~~Área de concentração: Organização e Gestão.~~

Gilson Cuban Marcolino

**SANTOS
2011**

Dados Internacionais de Catalogação
Sistema de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos – UNISANTOS
SibiU

M321f MARCOLINO, Gilson Cuban

O Fluxo de Caixa como Ferramenta Gerencial: Um Estudo Exploratório com Microempresas da Cidade de Santos. / Gilson Cuban Marcolino – Santos: s.n 2011

103 f. ; 30cm (Dissertação de Mestrado – UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS, Programa em Administração).

1.Fluxo de Caixa I. JOÃO, Belmiro do Nascimento. II Título CDU:. 65.01(043.3)

**O Fluxo de Caixa como Ferramenta Gerencial: Um Estudo
Exploratório com Microempresas da Cidade de Santos.**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Belmiro do Nascimento João
Orientador
UNISANTOS

Prof. Dr. Luciano Antonio Prates Junqueira
Examinador Interno
UNISANTOS

Prof. Dr. Carlos Francisco Vormitag
Examinador Externo
UNINOVE

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos

Aos professores Belmiro do Nascimento João, Luciano Antonio Prates Junqueira e Carlos Francisco Vormitag, pela atenção e sabias orientações para a realização desta pesquisa;

Ao meu pai Joaquim e minha mãe Francisca que sempre me apoiaram em todos os momentos da minha vida;

A minha amada filha Carinne que tenho um imenso amor;

E a todos que, contribuíram direta ou indiretamente no desenvolvimento desta pesquisa.

***“ Não é o mais forte da espécie que sobrevive,
nem o mais inteligente, é o que melhor se adapta
a mudança”.***

Charles Darwin

FIGURAS

Figura 1. Demonstração do fluxo de caixa-método direto.....	31
Figura 2. Demonstração do fluxo de caixa – Método indireto.....	32
Figura 3. Método Direto e Método Indireto.....	33
Figura 4. Fluxo de Caixa Simplificado Mod.1.....	35
Figura 5. Fluxo de Caixa Simplificado Mod.2.....	36
Figura 6. Fluxo de Caixa Simplificado Mod.3.....	37
Figura 7. Capacidade de giro vendas a vista.....	40
Figura 8. Capacidade de giro vendas a prazo.....	40

QUADROS

Quadro 1. BNDES Classificação das Micro, Pequenas, Médias e Grandes Empresas	45
Quadro 2. Desembolso do Sistema BNDS para Micro e Pequenas Empresa em Milhões	46
Quadro 3. Número de Operações do Sistema BNDS para Micro e Pequenas Empresa	46
Quadro 4. Classificação da Micro, Pequena, Média e Grande Empresa	47

TABELAS

Tabela 1. Número de estabelecimentos com e sem empregados, por porte Brasil e Grandes Regiões 2007 (em n ^{os} absolutos)	48
Tabela 2. Número de estabelecimentos com e sem empregados, por porte Brasil e Grandes Regiões 2008 (em n ^o absolutos).....	49
Tabela 3. Partilha do Simples Nacional.....	52
Tabela 4. Partilha do Simples Nacional – Comércio.....	53
Tabela 5. Partilha do Simples Nacional – Indústria.....	54
Tabela 6. Partilha do Simples Nacional – Serviços e Locação de Bens Móveis.....	55
Tabela 7. Partilha do Simples Nacional – Serviços.....	56
Tabela 8. Idade de 42 a 49 anos.....	84
Tabela 9. Comércio.....	84
Tabela 10. Empresa tem até 2 anos de atividade.....	85
Tabela 11. Empresa tem acima de 2 anos até 7 anos	85
Tabela 12. Empresa tem acima de 7 anos	86
Tabela 13. Imóvel próprio.....	86
Tabela 14. Conhece fluxo de caixa.....	87
Tabela 15. Utiliza diariamente o fluxo de caixa.....	87
Tabela 16. Utiliza quinzenalmente o fluxo de caixa.....	88
Tabela 17. Utiliza sistema específico para utilização do fluxo de caixa.....	88
Tabela 18. Utiliza o Excel para acompanhamento do fluxo de caixa.....	89
Tabela 19. Vende um bem para financiar sua atividade.....	89

GRÁFICOS

Gráfico 1: Faixa Etária.....	62
Gráfico 2: Gênero.....	63
Gráfico 3: Escolaridade.....	63
Gráfico 4: Qual é o ramo de atividade de sua empresa.....	64
Gráfico 5: Motivo que o levou a abertura da empresa.....	65
Gráfico 6: Há quantos anos a empresa atua no mercado.....	66
Gráfico 7: Quantidade de funcionários.....	67
Gráfico 8: O imóvel onde a empresa esta instalada é próprio.....	68
Gráfico 9: Você conhece o demonstrativo do Fluxo de Caixa.....	69
Gráfico 10: Você utiliza fluxo de caixa para controle das entradas e saídas de caixa	69
Gráfico 11: A periodicidade de atualização do Fluxo de Caixa ocorre.....	70
Gráfico 12: Periodicidade de atualização do Fluxo de Caixa ou Demonstrativo de Entradas e Saídas.....	71
Gráfico 13: A atualização do fluxo de caixa deve ocorrer.....	72
Gráfico 14: Você utiliza como ferramenta para elaborar o Fluxo de Caixa da empresa	73
Gráfico 15: Sua empresa já realizou captação de recursos (empréstimo) em bancos ou <i>factoring</i> ?	74
Gráfico 16: Sua empresa atualmente possui empréstimos com bancos?.....	75
Gráfico 17: É importante a empresa realizar empréstimos para a manutenção de sua atividade.....	75
Gráfico 18: Sua empresa possui alguma modalidade de aplicação financeira em bancos?.....	76
Gráfico 19: Para a empresa é importante ter aplicação financeira.....	76
Gráfico 20: Você venderia um bem para cumprir obrigações da sua empresa?....	77
Gráfico 21: Está em nome da empresa a conta utilizada para realizar depósitos e pagamentos?.....	77
Gráfico 22: O controle da conta corrente é realizado:.....	78
Gráfico 23: Você efetua retirada no caixa para pagar suas contas pessoais?.....	79
Gráfico 24: Está em nome da empresa (Pessoa Jurídica) a conta utilizada para realizar depósitos e pagamentos.....	79

Gráfico 25: É importante o controle da conta corrente, para administrar a empresa.	80
Gráfico 26: O seu contato com o escritório de contabilidade ocorre:.....	80
Gráfico 27: Quais são os documentos recebidos mensalmente do escritório de contabilidade.....	81
Gráfico 28: Para a empresa o Fluxo de caixa fornece informações que são utilizadas para planejar as entradas e saídas de caixa para os próximos meses.....	82

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	16
1.1 APRESENTAÇÃO	16
1.2 PROBLEMA	20
1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	20
1.3.1 Objetivo Geral.....	20
1.3.2 Objetivos Específicos.....	21
1.4 JUSTIFICATIVA	21
1.5 METODOLOGIA.....	22
1.6 População e Amostra.....	23
1.7 Questionário.....	24
1.8 Coleta dos Dados	25
1.8.1 Tratamento dos Dados	25
1.8.2 Análise dos Dados.....	25
1.9 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA.....	26
 CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO GERENCIAMENTO E CONTROLE FINANCEIRO DO FLUXO DE CAIXA.....	 27
2.1 CONCEITO DE FLUXO DE CAIXA.....	27
2.2 FORMAS DE DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	30
2.3 FLUXO DE CAIXA NA MICROEMPRESA	37
 CAPÍTULO 3 – CAPITAL DE GIRO.....	 39
3.1 CONCEITO DE CAPITAL DE GIRO.....	39
3.2 A IMPORTANCIA DO FLUXO DE CAIXA NO GERENCIAMENTO DO CAPITAL DE GIRO	41
 CAPÍTULO 4 – MICRO EMPRESA.....	 44
4.1 – DEFINIÇÃO DE MICRO EMPRESA	45
4.2 MICROEMPRESA E O SIMPLES NACIONAL.....	49

4.3 PARTILHA DO SIMPLES NACIONAL	52
CAPÍTULO 5 – CIDADE DE SANTOS	58
5.1 BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO	58
5.2 CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS.....	58
5.3 ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO EXERCÍCIO 2011.....	60
CAPÍTULO 6 – RESULTADOS DA PESQUISA.....	62
6.1 ANÁLISE DESCRITIVA	62
6.2 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO	83
CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES.....	90
REFERÊNCIAS.....	92
APÊNCICE 1. QUESTIONÁRIO.....	100
APENCICE 2. MATRIZ DE CORRELAÇÃO.....	103

RESUMO

É notória a importância que as microempresas assumem na economia brasileira, Sendo válidas as contribuições científicas que possam viabilizar a melhoria de seu desempenho, por contribuir com a geração de empregos e com o desenvolvimento econômico do país, apresentando ainda grande influência no contexto socioeconômico brasileiro. Sendo o principal desafio da microempresa driblar as altas taxas de mortalidade demonstradas através de estatísticas, vez que, sua sobrevivência está condicionada à boa prática de gestão, aliada à qualidade dos produtos e serviços oferecidos. Esta dissertação demonstra a importância da administração do fluxo de caixa como instrumento responsável pelo auxílio ao controle dos recursos financeiros, o que garantirá o cumprimento de suas obrigações tornando a empresa solvente e proporcionando a continuidade do empreendimento de forma sustentável, garantido, assim, sua permanência no mercado em que atua. Esta pesquisa tem por escopo evidenciar aos microempresários da cidade de Santos, a importância da utilização do fluxo de caixa como ferramenta gerencial. Para tanto, foi aplicado um questionário com perguntas fechadas, submetido a cento e cinquenta microempresários. A partir das análises realizadas, os resultados obtidos demonstram a falta da utilização do fluxo de caixa e o desconhecimento do benefício da ferramenta, pois apesar de sua importância, alguns gestores não o reconhecem como instrumento de controle gerencial. Por fim constata-se que o fluxo de caixa tem um importante papel, constituindo-se ferramenta indispensável para a sinalização dos rumos financeiros, além de ser um instrumento capaz de orientar quanto à viabilização e avaliação da capacidade de financiamento do capital de giro e identificação da necessidade de captar recursos externos.

Palavras-Chave: Fluxo de caixa, capital de giro, microempresa, cidade de Santos.

ABSTRACT

These findings emphasize the importance of micro enterprises play in the Brazilian economy, with valid scientific contributions which may enable the improvement of their performance, to contribute to the generation of jobs and economic development of the country, she still had great influence on Brazilian economic context. Being the main challenge for micro skirt the high mortality rates demonstrated by statistics, since its survival is dependent on good management practice based on quality of products and services offered. This dissertation demonstrates the importance of cash flow management as a tool to help responsible for the control of financial resources, which will ensure compliance with its obligations by making the company solvent and providing the continuity of the enterprise in a sustainable manner, thus ensuring its permanence the market it serves. This research has the purpose to show to microentrepreneurs city of Santos, the importance of using cash flow as a management tool. To this end, we applied a questionnaire with closed questions, submitted to one hundred and fifty micro-entrepreneurs. From the analysis performed, the results demonstrate the lack of use of cash flow and lack of benefit of the tool, because despite its importance, some managers do not recognize it as an instrument of management control. Finally it is noted that cash flow plays an important role, becoming an indispensable tool for the financial direction of the signal, in addition to being an instrument able to advise on the feasibility and evaluation of the ability to finance working capital and identification the need to attract external resources.

Keywords: Cash Flow, Working capital, microenterprise, City of Santos.

SIGLAS E ABREVIATURAS

ABIP - Associação Brasileira de Indústria de Panificação e Confeitaria

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BP – Balanço Patrimonial

COFINS - Contribuição para Financiamento de Seguridade Social

CG – Capital de Giro

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DFC – Demonstrativo do Fluxo de Caixa

DLPA - Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

DOAR - Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos

EPP- Empresa de Pequeno Porte

FC – Fluxo de Caixa

FCD- Fluxo de Caixa Direto

FCI – fluxo de Caixa Indireto

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRACON - Instituto Brasileiro de Contadores

INSS - Instituto Nacional de Seguro Social

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados

IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica

ME – Micro Empresa

MPEs - Micro e Pequenas Empresas

TEM - Ministério do Trabalho e Emprego

PIB – Produto Interno Bruto

PIB - Produto Interno Bruto

PIS - Programa de Integração Social

PMEs - Pequenas e Médias Empresas

RAIS – Relação Anual de Informações Anuais

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

Na atual conjuntura global as empresas tomam decisões a todo o momento, tendo em vista a acirrada concorrência e a dinâmica de mercado, o que exige do gestor flexibilidade em acompanhar informações de mercado, adaptando-se rapidamente as tendências, garantindo a sustentabilidade de suas operações e lucratividade de seu negócio.

Segundo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2010a), existem 5,1 milhões de empresas no Brasil, desse total, 98% são micro e pequenas empresas (MPEs).

Os pequenos negócios (formais e informais) respondem por mais de dois terços das ocupações do setor privado.

Desta forma a capacidade de geração de emprego por parte da micro e pequena empresa tem chamado atenção de instituições que direcionam esforços com a finalidade de assegurar a prosperidade do empreendedor.

Segundo Filion (1999) o empreendedor é uma pessoa criativa com capacidade de estabelecer e atingir objetivos buscando detectar oportunidades de negócios.

Já Kaufmann (1990) corrobora com as colocações de Filion, acrescentando que a capacidade empreendedora está relacionada com a habilidade de inovar e correr riscos com cautela, sendo flexível, se adaptando rapidamente as mudanças.

Pesquisa realizada em 2009 pela *Global Entrepreneurship Monitor – GEM*, com a coordenação da *London Business School* da Inglaterra e também pelo Babson College dos Estados Unidos, classificou o Brasil entre os cinquenta e quatro países com características empreendedoras na abertura de empresas, apresentando dados educacionais do empresário brasileiro, sendo certo que, 1,6% nunca frequentaram a escola, 34,1% frequentaram a escola até os 4 anos, 54,8% frequentaram de 5 a 11 anos a escola e somente 9,5% frequentaram a escola mais de 11 anos. Apresentaram ainda os fatores condicionantes ao empreendedorismo,

que estão diretamente relacionados ao aumento de renda, demissão e a falta de emprego.

Segundo SEBRAE (2010a), com pesquisa intitulada “Doze anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade de empresas”, 3 mil empresas abertas entre os anos de 2003 a 2007 foram monitoradas através dos dados de registro da Junta Comercial e de identificação do CNPJ junto a Receita Federal. Foram identificados os índices de mortalidade das empresas e os fatores que contribuem para o encerramento das atividades, dentre eles o baixo nível de escolaridade.

A pesquisa indicou ainda que 27% das empresas encerram suas atividades com um ano de atividade, chegando a 58% para empresas com até cinco anos ao contrario do resultado apresentado com a pesquisa realizada entre 1995 e 1999 que indicava 35% das empresas fechavam em seu primeiro ano no mercado e 71% encerravam as atividades até o quinto ano. A redução em relação à queda da mortalidade empresarial esta ligada diretamente ao crescimento econômico brasileiro e melhora no perfil dos empreendedores que apresentam nível de escolaridade superior e a busca por capacitação.

Evidencia-se que a criatividade e a flexibilidade são fatores determinantes para que um empreendedor possa conduzir uma empresa, aliada à questão da escolaridade e conhecimentos específicos para a gestão empresarial. Atualmente os micros e os pequenos empresários se vêem com necessidade de adotar estratégias que possam contribuir para o sucesso do seu negócio. Porém, a falta de preparo desses empreendedores dificulta a visão de projeção a longo prazo, em função de não conseguirem, muitas vezes, estabelecer controle financeiro da empresa no curto prazo, onde acabam desencadeando resultados que impactam na produtividade e na concorrência.

Segundo Krieck (1999, p.14),

Em termos práticos, portanto, o individuo que possui um pequeno negócio – que poderia crescer, prosperar e expandir-se – vê-se na contingência de correr para poder subsidia-lo, por não planejar e administrar desordenadamente seu negócio; desordenado não consegue ganhar espaço maior e

estagna; estagnado, não possui recursos e ferramentas tecnológicas para se tornar competitivo; e, não sendo competitivo, tende a regredir ou desaparecer do mercado.

A partir de 1961 com a publicação do *Cash Flow: Analysis and the Funds Statement* pelo *Accounting Procedures Board*, desperta o interesse quanto ao entendimento do fluxo de caixa, onde em 1987 é publicado no *Financial and Accounting Standards Board* (FASB) desencadeando na obrigatoriedade de sua apresentação por empresas de capital aberto com exercícios encerrados a partir de 15 de julho de 1988, Kintzele (1990).

No Brasil, o estudo do fluxo de caixa é recente. No mês de abril de 1999 o Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON) publicou Normas e Procedimentos Contábeis no. 20 o NPC 20 antecipando alterações em discussão no Congresso em relação à Lei 6.404/76.

O fluxo de caixa é uma ferramenta de gestão que possibilita o planejamento e o controle financeiro da empresa, permitindo a visualização da distribuição dos credores, dos acionistas, as carências de recursos e suas fontes. Sem esse instrumento contábil funcionando adequadamente, a gestão empresarial corre o risco de perder o controle sobre o endividamento. (SELL, 2004) As estratégias de crescimento das Micro Empresas (ME), pequenas e médias Empresas passam necessariamente pelo controle interno, tendo o planejamento financeiro como estratégia para competir e conseguir perpetuar nos mais variados mercados. O que permite aos gestores o acompanhamento e a análise do desempenho empresarial e tomada de decisões através dos processos acompanhados em relatórios operacionais e gerenciais.

Segundo Ross, Westerfield e Jaffe (1995, p.525) “o planejamento é um processo que, na melhor das hipóteses, ajuda a empresa evitar tropeçar no seu futuro, andando para trás, obriga a empresa a refletir sobre sua meta”. Fato este que nos leva a refletir de que forma o micro empresário inicia e como faz seu planejamento.

A formalização do processo de planejamento econômico e financeiro auxilia na análise dos resultados obtidos, e, ao mesmo tempo, fornece parâmetros confiáveis para a tomada de decisões. O controle e o planejamento financeiro

permitem aos gestores uma visão da empresa e do mercado em que atua e um grande avanço na prática da gestão para prever as dificuldades que podem surgir e as formas de lidar com as incertezas.

A manutenção do capital de giro empresarial, notadamente, representa alguns desafios muito difíceis de serem superados pelas pequenas empresas que exige da gestão administrativa um controle financeiro para que tenham capacidade de lidar com as mais variadas situações e mudanças conjunturais do mercado.

Para as microempresas, a competitividade faz com que o planejamento estratégico seja realizado também com vistas ao plano de marketing, garantindo, assim, os recursos necessários para a manutenção do seu negócio. Hooley, Saunders e Piercy (2001) apresentam duas formas que podemos medir o desempenho de uma estratégia de marketing, monitorando o desempenho do mercado ou financeiro.

O desempenho de mercado mede-se através das vendas, lealdade do cliente, satisfação, entre outras e podem ser também comparadas aos objetivos propostos. Já o desempenho financeiro mede-se através da contribuição dos produtos, tendo em vista o capital empregado.

Santiago e outros (2004), apresentam que a medição dos indicadores de *performance* está associado ao controle do que foi planejado e pode a qualquer momento passar por ações corretivas a fim de que suas metas possam ser atingidas.

Neste contexto, quando as vendas não forem suficientes para cobrir as necessidades de capital de giro e investimentos para compra de máquinas, equipamentos, instalações, mobiliário ou em outras atividades que demandam de capitais, torna-se imprescindível, que a empresa busque crédito junto a terceiros, com custos mais baixos possíveis, para cumprir com suas obrigações.

Desta forma a importância da gestão de capital de giro através do controle do fluxo de caixa nas empresas, originou diversos estudos para o desenvolvimento de ferramentas que permitam a evidenciação de resultados que representam o conhecimento da estrutura patrimonial e os resultados da liquidez adquirida nas operações financeiras.

De acordo com Kast (1976, p.139):

O processo decisório é o caminho mental que o administrador utiliza para chegar a uma decisão. Em todas as decisões, existem certos elementos que sempre estão presentes. Com base nesses aspectos, podemos adotar um modelo genérico e prescritivo que explica o processo decisório e que pode ser aplicável a todos os problemas dentro do domínio organizacional.

A estrutura do Fluxo de Caixa tem sido apontada como eficiente e estratégica nos processos de entradas e saídas de caixas oriundos das relações de compra e venda de máquinas ou equipamentos e a injeção de novos recursos por parte dos acionistas, ou, inversamente, a distribuição de dividendos, sendo fundamental para apuração de informações sobre o capital de giro.

1.2 PROBLEMA

O problema aponta para a importância do fluxo de caixa para o controle financeiro das empresas que necessitam da formalização dos meios de captação de recursos financeiros (empréstimos, financiamento, *leasing*). Reconhece-se que no mercado todas as empresas dependem de uma organizada estrutura financeira que permita aos gestores, demonstrar o crescimento do seu negócio de forma estruturada, visualizando reais necessidades do uso de recursos no plano de captação e contribuindo para que possa sanar eventual dificuldade financeira.

Tendo em vista esta realidade e com foco voltado a conhecer o microempresário da cidade de Santos, a pesquisa pretende responder a seguinte questão: As microempresas utilizam e reconhecem o Fluxo de Caixa como uma ferramenta gerencial?

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa é investigar a ME, buscando verificar se as mesmas utilizam o fluxo de caixa como ferramenta gerencial.

1.3.2 Objetivos específicos

Como objetivos específicos se propõem a:

- Identificar o perfil dos microempresários;
- Verificar se utilizam algum modelo de Fluxo de Caixa;

1.4 JUSTIFICATIVA

Justifica-se a realização desta pesquisa pelo fato da Micro Empresa enfrentar dificuldades em realizar seu planejamento financeiro e acompanhamento de suas obrigações.

Segundo Sebrae (2010b), aponta alto índice de mortalidade da microempresa tendo como causa falhas gerenciais que envolvem a falta de capital de giro.

As ME são responsáveis pela capacidade de geração de empregos e distribuição de renda, apresentando excelentes oportunidades e também contribuindo para a promoção da estabilidade econômica do país, frente a sua representatividade no cenário econômico, Lacorte (2000).

A escolha do tema foi definido tanto pela importância teórica e prática, buscando-se despertar o interesse para os microempresários no que concerne à importância da elaboração e gerenciamento do Fluxo de Caixa.

Para Assaf Neto (2008), é importante que a empresa tenha o fluxo de caixa como instrumento gerencial, pois o mesmo irá evidenciar os caminhos que irá percorrer na busca de sua sobrevivência, honrando suas obrigações corretamente e liquidando suas dívidas.

Para Securato (2003), através das curvas de juros, será possível determinar os riscos do gerenciamento do capital na medida em que o comportamento do fluxo de caixa sob diferentes ambientes de taxa de juros poderá ser precificado corretamente.

A razão da pesquisa centra-se na importância das microempresas em manter os níveis de competitividade através de estratégias que possam redefinir e

Dimensionar o acesso às informações, controles de caixa que favoreçam o fomento do capital de giro, auxiliando o gestor na tomada de decisões e na captação de recursos financeiros.

Assim, o FC (Fluxo de Caixa) como parte integrante da contabilidade gerencial permite uma visão ampliada da empresa e suas condições de captar recursos, e, realizar operações no mercado. As operações monetárias efetuadas pelas pequenas empresas se dão efetivamente por meio de instrumentos de dívida em curto prazo ou títulos negociáveis, troca de duplicatas, empréstimos bancários de curto prazo etc. Tais operações para se efetivarem na forma de empréstimos ou captação de recursos, são realizadas com o auxílio de instituições bancárias, onde as demonstrações financeiras são analisadas sob a ótica da rentabilidade, endividamento, liquidez e demais formas de controle contábil.

1.5 METODOLOGIA

Considerando-se a pesquisa como um procedimento racional e sistemático, e com o objetivo de conduzir soluções às indagações e inquietações identificadas, o método vem contribuir com a organização lógica dos elementos levantados, oferecendo um rigor a este tratamento.

Conforme Leite (2008), existiriam dois métodos advindos da própria civilização grega, ou seja, o dedutivo e o indutivo. O primeiro, composto pelo processo de construção que parte do raciocínio geral para o particular, utilizado pelas ciências exatas e matemática e, o indutivo, construção mental, científica e racional que parte de variáveis particulares, chegando as universais, destacando-se que muito dos métodos de observação, assim como de *estudo de caso*, poderá ser considerado ora como método ora como técnica, e muitas vezes torna-se um componente de pesquisa descritiva.

Ao considerar-se o método em si, será necessário levar em conta;

- 1) os critérios de seleção e a localização das fontes de pesquisa informação;
- 2) os métodos e técnicas utilizados para a coleta de dados;

Pode-se classificar inicialmente esta pesquisa como exploratória, buscando desenvolver, modificar e esclarecer ideais e conceitos através de livros, artigos científicos, periódicos.

Para Gil (1999) as pesquisas de cunho exploratórias têm como objetivo proporcionar acerca de um determinado fato uma visão geral.

Foi também utilizada a pesquisa descritiva, que segundo Gil (1999), tem como objetivo a descrição de características de uma população e o estabelecimento das relações entre variáveis. Que pode melhor representar o objetivo desta pesquisa.

Desta forma coletou-se dados de uma amostra não probabilística das ME, por meio de aplicação de questionário (Apêndice 1), onde a elaboração do questionário se deu de forma cuidadosa com o intuito de não permanecer na superficialidade dos questionamentos realizados, visando assim à obtenção de dados de natureza quantitativa.

Para a tabulação dos dados foi utilizado o aplicativo da Microsoft Excel e posteriormente para o processamento dos dados utilizou-se o programa *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)* para o Windows.

Após a descrição, são realizadas as análises dos dados obtidos e, por fim, as considerações finais.

1.6 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população acerca desta pesquisa compreende as microempresas da cidade de Santos, que de acordo com Censo 2009 mostra que o cadastro central de 2009 apresenta 23.417 empresas.

Visando-se o contexto em relação à determinação da amostra, são conhecidos dois métodos: o probabilístico e o método não probabilístico, sendo que para esta pesquisa optou-se pelo método não probabilístico, onde Mattar (2001), afirma que esta opção da composição da amostra depende, em parte, do julgamento ou da acessibilidade do pesquisador em relação a seus respectivos respondentes.

Contudo, se justifica tal posicionamento em função da dificuldade em obter Junto aos órgãos (Federais e Municipais) o acesso as informações em relação ao tamanho desta população.

Entretanto, o indicativo da amostra foi intencional, composta por 150 respondentes que se deu em decorrência da dificuldade em completar a amostra probabilística, onde o critério de seleção das ME constitui-se se respondente era proprietário da empresa.

1.7 QUESTIONÁRIO

Utilizou-se para a coleta de dados um questionário estruturado não disfarçado, onde o investigado sabe qual é o seu objetivo. Segundo Malhotra (2006, p. 290) o questionário “é um conjunto formal de perguntas cujo objetivo é obter informações dos entrevistados” No questionário estruturado as perguntas são apresentadas de forma organizada na qual todos os entrevistados respondem a uma mesma questão e na mesma ordem. Para Mattar (2001), os instrumentos bem estruturados permitem maior grau de comparação entre os dados obtidos.

O questionário contém questões do tipo fechada de múltipla escolha, submetido ao proprietário da ME.

O questionário foi estruturado da seguinte forma:

- dados da empresa pesquisada;
- perfil do proprietário;
- controles utilizados para gestão do FC;
- periodicidade em que realizada a gestão do FC.

Em seguida foram realizados dois Pré-teste, sendo escolhidas cinco microempresas onde o questionário foi aplicado. Este primeiro pré-teste teve como objetivo uma avaliação externa para averiguar se os questionamentos estavam claros. Segundo Mattar (2001), pré-testes, devem ser realizados com o questionário já em uma versão quase que definitiva.

Houve retorno dos cinco questionários entregues, e um dialogo com os respectivos gestores, identificando-se em contra partida, a necessidade de se aumentar a fonte e acrescentar uma nova questão.

No segundo Pré-teste o questionário foi aplicado em dez ME, sendo que cinco delas foram as que participaram do primeiro pré-teste. Todas retornaram com

os questionários respondidos sem que nenhuma observação tenha sido realizada, desta forma o questionário chegou à sua versão final.

1.8 COLETA DOS DADOS

Os questionários foram aplicados compreendendo o período de 15 de novembro de 2010 a 17 de dezembro de 2010. Todas as empresas que compuseram a amostra foram visitadas, sendo que o objetivo principal era acompanhar o preenchimento do questionário observando se o mesmo entendia o objetivo de cada questão, para que não pudesse comprometer a pesquisa.

1.8.1 TRATAMENTO DOS DADOS

Posteriormente a coleta de dados, decorre seu respectivo tratamento, cuja finalidade consiste em promover respostas ao enunciado do problema de pesquisa, por meio da organização dos dados obtidos (GIL, 1999).

Em função da tabulação dos dados obtidos, utilizou-se planilha eletrônica do pacote Microsoft, utilizando o aplicativo Excel. Após a tabulação foram confeccionados os gráficos.

1.8.2 ANALISE DOS DADOS

Deu-se através da utilização do software SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) Versão 18, onde se utilizou o teste de correlação de Pearson com teste de significância bicaudal, avaliando assim a correlação entre as características dos proprietários em seus negócios e a utilização do fluxo de caixa e, por conseguinte, as considerações finais.

1.9 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta dissertação está estruturada em seis capítulos, sendo:

Capítulo 1 contendo Introdução, Problema, Objetivos gerais e específicos, Justificativa e Metodologia.

Capítulo 2 com a fundamentação teórica do acerca do fluxo de caixa, com sua conceituação, formas de demonstração através do fluxo de caixa direto e indireto e fluxo de caixa na microempresa.

Capítulo 3 trata a conceituação do capital de giro e a importância do fluxo de caixa no gerenciamento do capital de giro.

Capítulo 4 com a conceituação de microempresa e o Simples Nacional.

Capítulo 5 breve histórico da cidade de Santos abordando suas características econômicas e orçamento do município para 2011.

Capítulo 6 resultados da pesquisa e discussão dos resultados, mantendo-se um nível de comparações e pressuposições dos resultados, finalizando com as considerações finais, limitações e recomendações para posteriores pesquisas.

CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONCEITO DE FLUXO DE CAIXA

Empresas a todo instante realizam operações comerciais tais como compras, vendas, investimentos para ampliação de seu negócio entre outros. A definição de fluxo de caixa é simples, porém sua administração trás uma série de dúvidas.

Desse modo Assaf Neto e Silva (1997,p.35) nos diz: “ Fluxo de caixa é um instrumento que relaciona os ingressos e saídas de recursos monetários no âmbito de uma empresa em determinado intervalo de tempo”.

Com isso é verifica-se que o desenvolvimento de um fluxo de caixa não Exige do micro empresário habilidade técnica, porém a leitura deste relatório é de extrema relevância para o processo de tomada de decisão.

Para Blatt (2001, p. 123), “ a indústria financeira e profissionais de contabilidade tem desenvolvido numerosos métodos para descrever o fluxo de caixa”. Desta forma cada empresa de acordo com suas particularidades, possui operações distintas, optando em utilizar uma técnica que atenda suas necessidades assumir diferentes formatos e configurações.

O planejamento de caixa é a espinha dorsal da empresa. Sem ele não se saberá quando haverá caixa suficiente para sustentar as operações ou quando se necessitará de financiamentos bancários. Empresas que continuamente tenham falta de caixa e que necessitem de empréstimos de última hora, poderão perceber como é difícil encontrar bancos que as financie (GITMAN, 1997, p 586).

Nota-se que o FC assume um papel importante como instrumento que nos permite controlar e estimar operações de uma empresa, onde se podem destacar operações como receita, despesa, custos, orçamento, capital de giro necessário para a manutenção de suas operações.

Segundo Gitman (2002, p.117):

A demonstração de fluxos de caixa permite que o administrador financeiro analisar o fluxo de caixa da empresa. O administrador deve prestar atenção especial tanto as principais categorias de fluxo de caixa quanto aos itens individuais de fluxo de entrada e saída de caixa, para avaliar se ocorreram quaisquer desvios contrários as políticas financeiras da empresa.

Nesta perspectiva, avalia-se que o fluxo de caixa tem os indicativos para informar as variações dos saldos a partir da cenarização de um fluxo projetado que permite a tomada de decisões.

Os resultados das informações o Fluxo de Caixa é uma ferramenta de controle estratégica por que permite a identificação de processos de operações financeiras relevantes para as pequenas empresas.

Nesta perspectiva, o fluxo de caixa é reconhecido como ferramenta que permite analisar o fluxo de caixa projetado em determinado período. Assaf Neto e Silva (1997, p. 35) ressaltam que conceitualmente, o fluxo de caixa é:

Um instrumento que relacionam os ingressos e saídas (desembolsos) de recursos monetários no âmbito de uma empresa em determinado intervalo de tempo. A partir da elaboração do fluxo de caixa é possível prognosticar eventuais excedentes ou escassez de caixa, determinando-se medidas saneadoras a serem tomadas.

Também visualizado como instrumento de apoio ao controle financeiro representa através de seus métodos de prognóstico do caixa nas diferentes situações financeiras da empresa.

Zdanowicz (1998), avalia que o fluxo de caixa representa uma ferramenta de demonstração financeira que permite uma programação financeira, que compreende as estimativas de entradas e saídas de caixa em certo período de tempo projetado. É, portanto, considerado pelos gerentes e administradores como uma ferramenta indispensável na administração financeira da empresa.

Segundo Frezatti (1997a) a definição de caixa é algo simples, mas também se torna difícil e até mesmo complicado por mais simples que se pareça, pois caixa é caixa sendo o mesmo o principal objetivo para investidores.

Para Marion (1998, p. 380), “a DFC indica a origem de todo o dinheiro que entrou no Caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que saiu do Caixa em determinado período, e, ainda o Resultado do Fluxo Financeiro”. Com isso o fluxo de caixa tem característica de preservar a sua continuidade operacional da empresa visando honrar suas obrigações, adquirir e financiar ativos circulantes e fixos.

Toda movimentação financeira pertence ao fluxo de caixa, por isso é indispensável que o administrador tenha acesso às informações financeiras da empresa. A importância do fluxo de caixa mensal é comparável ao fluxo de caixa diário. Como operação de controle de caixa representa uma cenarização de conjunto dos movimentos realizados durante o mês. Portanto, sua finalidade é evidenciar todos os movimentos realizados envolvendo as contas e controle de recursos. Os resultados do balanço patrimonial dependem de suas informações geradas ao longo dos meses. (HENDRIKSEN, 1999)

Já Santos (2001), o fluxo de caixa também apresenta outras funcionalidades como avaliar possíveis impactos financeiro com elevação das vendas, impacto financeiro de variação nos custos, planejamento na captação de financiamentos e empréstimos e até mesmo a maximização dos rendimentos em relação às sobras de caixa.

Segundo Thiesen (2002) a demonstração do fluxo de caixa evidencia direta ou indiretamente as mutações que ocorreram no caixa e também em suas origens e aplicações.

Para Matarazzo (2003) o fluxo de caixa pode ser definido como movimento de caixa, ou seja, visa mostrar o confronto entre as entradas (receitas) e as saídas (despesas), e conseqüentemente se haverá sobras ou altas, permitindo decidir se devem tomar recursos ou aplicá-los.

Braga (1989, p. 124) expõe que “as projeções dos fluxos de entradas e de saídas de numerário constituem um instrumento imprescindível na administração de disponibilidades”, orientando o microempresário quanto a sua situação financeira com vistas a verificação da necessidade de captar ou não recursos em um determinado espaço de tempo.

Observa-se que os autores (THIESEN, 2002; MATARAZZO, 2003; BRAGA 1989), apontam para a importância do fluxo de caixa no que tange a administração

de suas disponibilidades, levando em consideração a solvência, ou seja, a capacidade de cumprir suas obrigações no curto e longo prazo. Desta forma é observado que a empresa deve adotar um modelo que possa atender as suas necessidades levando em consideração suas características comerciais.

2.2 FORMAS DE DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

O fluxo de caixa é uma ferramenta de gestão financeira pautada em informações contábeis que auxiliam a tomada de decisões e também para a estruturação do capital de giro.

Gazzoni (2003), apresenta o método direto e indireto para demonstrar que o FC permite um processo de diferenciação das operações financeiras. No método direto, o administrador tem as condições de analisar os resultados dos recebimentos e pagamentos e no método indireto, poderá identificar de forma simples.

No método direto, as operações financeiras da pequena empresa são determinadas pela existência de um grupo determinados pela receita do montante das vendas de produtos e serviços subtraídos os custos do produto ou serviço com todas as despesas de recursos humanos, encargos sociais, fornecedores e seguros, etc.

Neste sentido, avalia-se que o método direto é realmente relevante na medida em que permite aos administradores uma tomada decisão baseada em evidências que podem, por exemplo, determinar os excessos de caixa ou a escassez de recursos dentro do período projetado favorecendo, portanto, a execução de planejamento de metas adequado à política financeira.

Portanto, se a empresa não fortalecer seu gerenciamento baseada nas atribuições neste campo, não terão nenhuma possibilidade de acesso aos recursos, como os financiamentos diferenciados para micro-empresas, pequenas e médias empresas.

O fluxo de caixa direto e indireto oferece como demonstrativo contábil, a Vantagem de ser uma ferramenta usual simples e não exige um grau elevado de conhecimento de contabilidade empresarial. Portanto, essa ferramenta de controle interno é apresentada em forma de relatório de FC. E com sua importância deve ser

incorporado às demonstrações financeiras tradicionalmente publicadas pelas empresas.

FLUXO DE CAIXA – MÉTODO DIRETO	
Entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa	
Fluxo de caixa das atividades operacionais:	
	Venda de mercadorias e serviços (+)
	Pagamento de fornecedores (-)
	Salários e encargos sociais dos empregados (-)
	Dividendos recebidos (+)
	Impostos e outras despesas legais (-)
	Recebimento de seguros (+)
	Caixa líquido das atividades operacionais (+/-)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
	Venda de imobilizado (+)
	Aquisição de imobilizado (-)
	Aquisição de outras empresas (-)
	Caixa líquido das atividades de investimento (+/-)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:	
	Empréstimos líquidos tomados (+)
	Pagamento de <i>leasing</i> (-)
	Emissão de ações (+)
	Caixa líquido das atividades de financiamento (+/-)
Aumento/diminuição líquido de caixa e equivalente de caixa	
Caixa e equivalentes de caixa – início do ano	
Caixa e equivalentes de caixa – final do ano	

Figura 1: Demonstração do fluxo de caixa-método direto
Fonte: TELES, 1997, p.69.

A utilização deste método é simples e prática onde são apresentados os Pagamentos e recebimentos em função de suas atividades operacionais ao invés do lucro líquido ajustado, se utilizado apenas para sua confecção o demonstrativo de resultado do exercício (DRE), balanço patrimonial (BP), Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA). Desta forma é de fácil entendimento ao usuário deste método pois se apresenta como espelho da movimentação da sua conta caixa/bancos o que lhe garante evidenciar e avaliar a solvência da empresa.

Segundo Campos Filho (1999, p.30),“ A vantagem desse método é que permite gerar informações com base nos critérios técnicos, eliminando, assim, qualquer interferência da legislação fiscal”. Ou seja, o método direto possibilita ao gestor identificar se o caixa esta em superávit ou déficit.

Por oferecer informações úteis para decisões gerenciais este método trás estímulo a seus usuários pela sua simplicidade e operacionalidade (KRISHNAN; LARGAY III; 2000).

FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO Entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa Fluxo de caixa das atividades operacionais: Lucro líquido Depreciação e amortização (+) Provisão para devedores duvidosos (+) Aumento/diminuição em fornecedores (+/-) Aumento/diminuição em contas a pagar (+/-) Aumento/diminuição em contas a receber (+/-) Aumento/diminuição em estoques (+/-) Caixa líquido das atividades operacionais (+/-) Fluxo de caixa das atividades de investimentos Venda de imobilizado (+) Aquisição de imobilizado (-) Aquisição de outras empresas (-) Caixa líquido das atividades de investimento (+/-) Fluxo de caixa das atividades de financiamento: Empréstimos líquidos tomados (+) Pagamento de <i>leasing</i> (-) Emissão de ações (+) Caixa líquido das atividades de financiamento (+/-) Aumento/diminuição líquido de caixa e equivalente de caixa Caixa e equivalentes de caixa – início do ano Caixa e equivalentes de caixa – final do ano

Figura 2: Demonstração do fluxo de caixa – Método indireto

Fonte: TELES, 1997, p.69.

O fluxo de caixa pelo método indireto trás uma apresentação de suas contas partindo do lucro líquido e ajustes realizados nas contas de resultado que não trazem interferência afetando o caixa da empresa. Este método se assemelha ao DOAR por apresentar o saldo das contas do Ativo, Passivo e Resultados.

Este método proporciona ao gestor identificar a cada período realizar a conciliação do lucro líquido em relação ao caixa gerado em suas operações, verificando o quanto do lucro esta sendo convertido em caixa a cada período (IUDICIBUS, MARTINS; E GELBCKE; 2000).

Vantagem da utilização do Fluxo de Caixa Indireto é a comparação entre o caixa operacional líquido se comportando frente ao lucro contábil.

A desvantagem deste método está vinculada a necessidade de informações uma vez que se terá que converter do regime de competência para o regime de caixa, além de exigir conhecimentos de contabilidade.

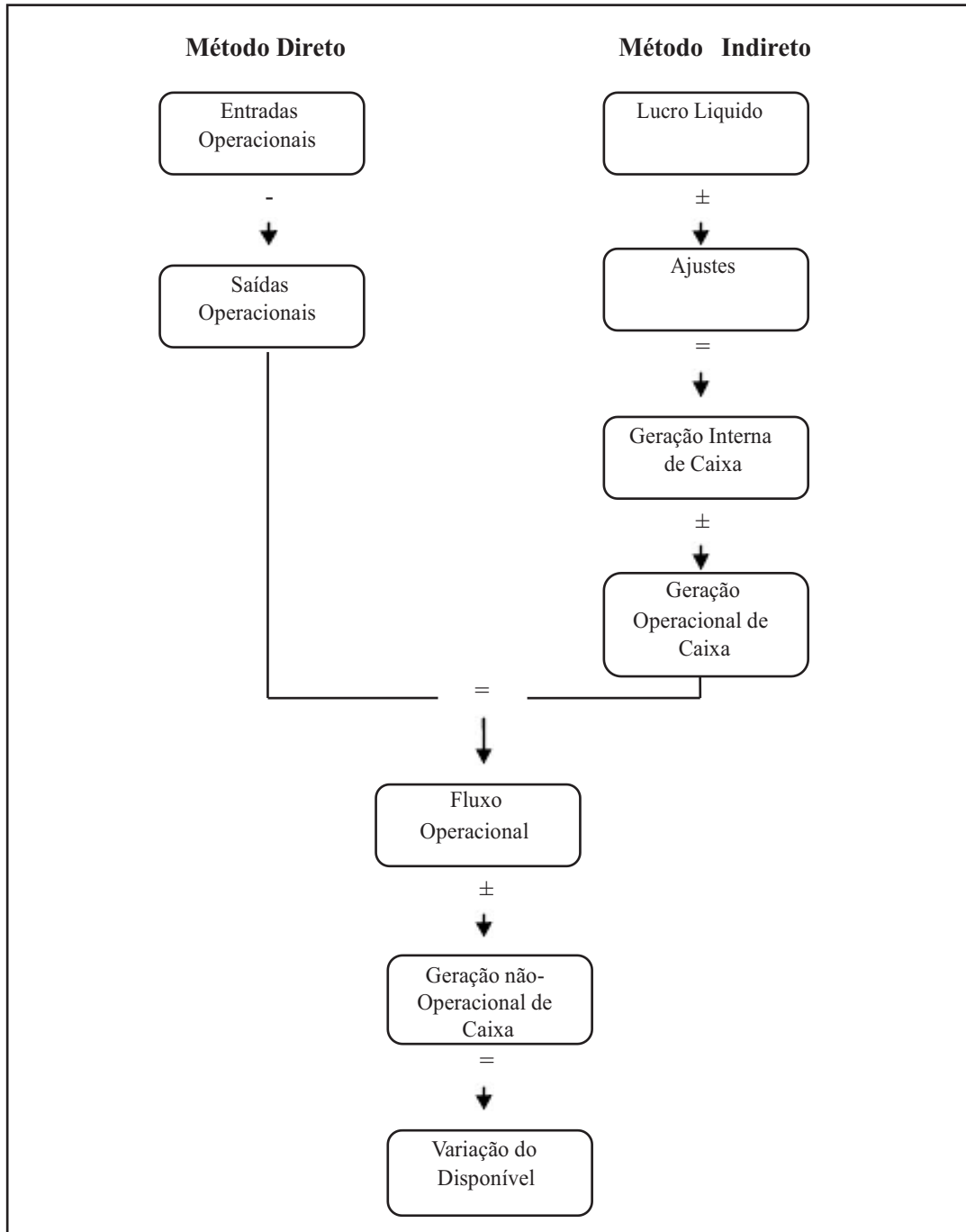


Figura 3: Método Direto e Método Indireto
Fonte: Sá, 1994, p. 36.

Segundo Kassai (1997), é de fundamental importância que seja considerada características básicas na estrutura do DFC, assegurando aos gestores de micro e

pequenas empresas simplicidade e adaptado as suas necessidades de acordo com o segmento em que atua, onde se devem destacar as seguintes informações:

- a) Simplicidade – não há a necessidade de conhecimento contábil, desta forma as informações devem ser de fácil entendimento;
- b) Facilidade na obtenção das informações sem que haja a necessidade de informações que constam em registros históricos;
- c) Relevância – o gestor deve se preocupar com as contas onde os valores possuem maior relevância.
- d) Atualidade – preocupar-se com eventos atuais e futuros para uma prospecção de caixa.
- e) Simulações – O modelo do DFC deve permitir a criação de simulações que possam informar o gestor a sua necessidade de caixa em função da queda ou aumento das vendas, aumento ou redução de custos, necessidade de capital de terceiros para honrar compromissos ou expansão.
- f) Facilidade em manipular as informações – utilizar planilhas eletrônicas com a finalidade de cenarizar o desempenho da empresa em curto e longo prazo.

Nota-se que a figura 4 propõe um DFC de natureza simples, porem não aborda uma importante característica o efeito atualidade onde o gestor tem a possibilidade de analisar e tomar uma decisão previa não afetando a saúde financeira da empresa.

CONTAS	Meses						
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
SALDOS INICIAIS							
Entradas do Caixa							
Contas a Receber							
Saques em Conta Corrente							
SALDO DISPONÍVEL							
(-) Saídas do Caixa							
Fornecedores							
Salários e Ordenados							
Encargos Sociais							
Pagamentos de Títulos							
Pagamento do Cartão BNDES							
Impostos							
Despesas Financeiras							
Despesas Administrativas							
(-) Total das despesas							
Saldos finais - Caixa e Bancos							
Caixa							
Banco Conta Corrente							
Total Caixa e Bancos							

Figura 4: Fluxo de Caixa Simplificado Mod.1

Fonte: Marques, 2008, p.117.

Já a figura 5, apresenta a característica de atualidade, onde se apresenta a coluna orçado versus realizado, onde na sequência apura-se a variação, possibilitando ao gestor acompanhar o desempenho de sua empresa em relação às suas necessidades de caixa apontadas no orçamento com o realizado. Porém não atende a uma importante característica a simplicidade, onde se exige prévios conhecimentos de contabilidade.

MÊS: \$

ITENS		AVALIAÇÃO DO MÊS			PROJEÇÕES PARA OS PRÓXIMOS MESES		
O P E R A C I O N A L	RECEBIMENTOS	O R Ç A D O	R E A L I Z A D O	% D E S V I O			
	Vendas à vista						
	Cobranças simples						
	Descontos/cauções						
	(-) Reembolsos						
	TOTAL						
	PAGAMENTOS						
	Fornecedores						
	Salários com ES						
	Despesas gerais de fabricação						
	Despesas administrativas						
	Despesas com vendas						
	Despesas tributárias						
	Despesas financeiras						
	TOTAL						
	SALDO OPERACIONAL						
O P E R A C I O N A L	RECEBIMENTOS						
	Vendas de itens do ativo imobilizado						
	Aumentos de capital social						
	Empréstimos/financiamentos						
	Receitas financeiras						
	TOTAL						
	PAGAMENTOS						
	Amortizações						
	Imobilizações						
	Dividendos a distribuir						
	Gratificações a pagar						
	TOTAL						
	SALDO EXTRA-OPERACIONAL						
	SALDO CALCULADO						
	(-) Pagamento de compromissos vencidos						
	Saldo inicial de caixa						
	SALDO APURADO						
	Empréstimos/suprimentos de caixa						
	(-) Pagamentos de empréstimos/suprimentos de caixa						
	SALDO FINAL DE CAIXA						
	FATURAMENTO						
	COMPRAS DE MATÉRIAS PRIMAS						
	Fornecedores em atraso						
	Outros compromissos vencidos						
	TOTAL DE COMPROMISSOS VENCIDOS						

Figura 5: Fluxo de Caixa Simplificado Mod.2

Fonte: Zdanowicz, 1998, p.145.

O modelo proposto na figura 6 atende as características básicas propostas por Kassai (1997), atendendo a quanto a simplicidade, facilidade na obtenção das informações, relevância, atualidade, simulações e facilidade em manipular as informações sem que haja a necessidade de conhecimentos específicos de contabilidade e administração financeira. Desta forma facilita a manipulação e acompanhamento do DFC pelo gestor, fornecendo elementos que possibilite à tomada de decisão garantido a solvência da empresa.

	AVALIAÇÃO DO MÊS JANEIRO			AVALIAÇÃO DO MÊS.....II		
RECEBIMENTOS	ORÇADO	REALIZADO	VARIACÃO %	ORÇADO	REALIZADO	VARIACÃO %
(A) SALDOS INICIAIS						
(B) ENTRADAS DE CAIXA						
Vendas						
Contas a Receber						
(C) PAGAMENTOS						
Fornecedores						
Salários						
Despesas gerais de fabricação						
Despesas administrativas						
Despesas com vendas						
Despesas tributárias						
Despesas financeiras						
(D) SALDO OPERACIONAL (A + B - C)						
(E) TOTAL BANCO CONTA CORRENTE						
TOTAL CAIXA E BANCOS (D + E)						

Figura 6: Fluxo de Caixa Simplificado Mod.3

Fonte: Autor Adaptado de (Marques, 2008 ; Zdanowicz,1998)

2.3 FLUXO DE CAIXA NA MICROEMPRESA

O fluxo de caixa consiste na representação da situação financeira de uma empresa, levando em conta todas as fontes de recursos e todas as aplicações na atividade produtiva, bem como em investimentos.

A falta de organização e definição de planejamento é sentida na micro empresa, neste sentido, é fundamental que a micro empresa busque ter liquidez para que possa atender compromissos assumidos com terceiros saudando assim suas obrigações e que possa aumentar seu investimento no patrimônio líquido alicerçando sua competitividade no mercado.

Com isso o fluxo de caixa se apresenta como ferramenta relevante no processo de administração gerencial, favorecendo a visualização do cenário

financeiro da empresa a partir de seu estado de liquidez avaliando seus investimentos de curto e longo prazo.

Para Frezatti (1997a), a definição de caixa de uma empresa esta relacionado diretamente a situação que lhe proporciona receber juros, como também a situação que se encontra em função da ausência de caixa o que trás a dependência de capital de terceiros, desencadeando no pagamento de juros assim como também de taxas e encargos, configurando uma redução no seu desempenho financeiro.

Verifica-se que o fluxo de caixa tem uma função relevante, apesar de que o desempenho da empresa esta ligado a diversas vertentes e uma delas esta relacionada diretamente com o desempenho financeiro. Além de ser uma das mais importantes ferramentas de controle financeiro nas empresas. A partir de seu uso como ferramenta de análise, o gestor tem as condições de projetar plenamente todos os aspectos da movimentação financeira. Desta forma o principal objetivo do FC é oferecer ao gestor informações de grande relevância para a tomada de decisões.

CAPÍTULO 3 - CAPITAL DE GIRO

3.1 CONCEITO DE CAPITAL DE GIRO

Gitman (1997), conceitua o capital de giro como o resultado dos ativos circulantes de uma empresa, o que irá gerar uma base financeira de um ciclo operacional que irá garantir as operações realizadas diariamente na empresa.

Segundo Assaf Neto e Silva (1997), o capital de giro significa a relação entre os ativos e passivos circulantes que garante a liquidez da empresa com a administração das contas a pagar, a receber, estoque e caixa. Verifica-se que o capital de giro tem uma importante participação e relevância no contexto operacional em virtude de seus ativos totais estarem investidos.

O numerário empregado para que a empresa complete o seu ciclo Operacional de compra e venda, ou seja, o que é de fato aplicado nos meios de produção configura-se o então capital de giro (BERTI, 1999).

Para Sandroni (2000), o capital de giro é conceituado por bens imediatos que estão disponíveis em curto prazo e com liquidez imediata. Os ativos imobilizados são capitais fixos e não devem ser confundido com ativos correntes.

Os ativos correntes constituem o capital da empresa que circula até transformar-se em dinheiro dentro de um ciclo de operações. Em vista dessa formulação, o curto prazo como duração desse ciclo de operações realmente varia conforme a natureza das operações. Ele é, na verdade, o tempo exigido para que uma aplicação de dinheiro em insumos variáveis gire inteiramente, desde a compra de matéria-prima e pagamento de funcionários até o recebimento correspondente à venda de produto ou serviço. (SANVICENTE, 1997, p.121).

Segundo Braga (1989, p.81.), “A Administração de capital de giro envolve um processo contínuo de tomada de decisões voltadas principalmente para a preservação da liquidez da empresa, mas que também afetam a sua rentabilidade”.

A geração do capital de giro está alicerçada nos resultados eficientes de elementos circulantes, que produzem em curto e médio prazo o equilíbrio de suas operações. Portanto é um recurso influente no processo de alavancagem das empresas e avaliado como um dos fatores de sucesso empresarial em função de sua representatividade para financiar todo o processo partindo da aquisição de matéria-prima até o recebimento do produto acabado.

Para Berti (1999), existem duas características do capital de giro, sendo através das vendas a vista como se pode observar na figura 7 e através das vendas a prazo figura 8.

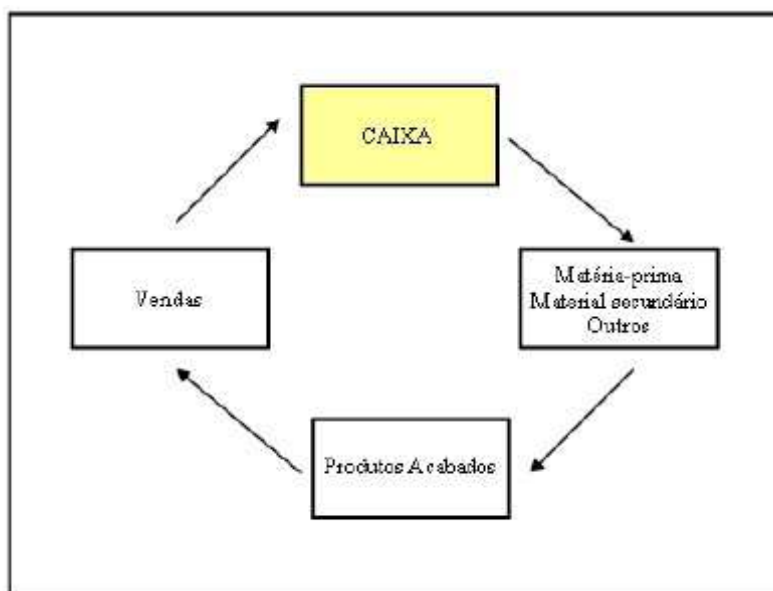


Figura 7: Capacidade de giro vendas a vista

Fonte: Berti (1999; p. 17)

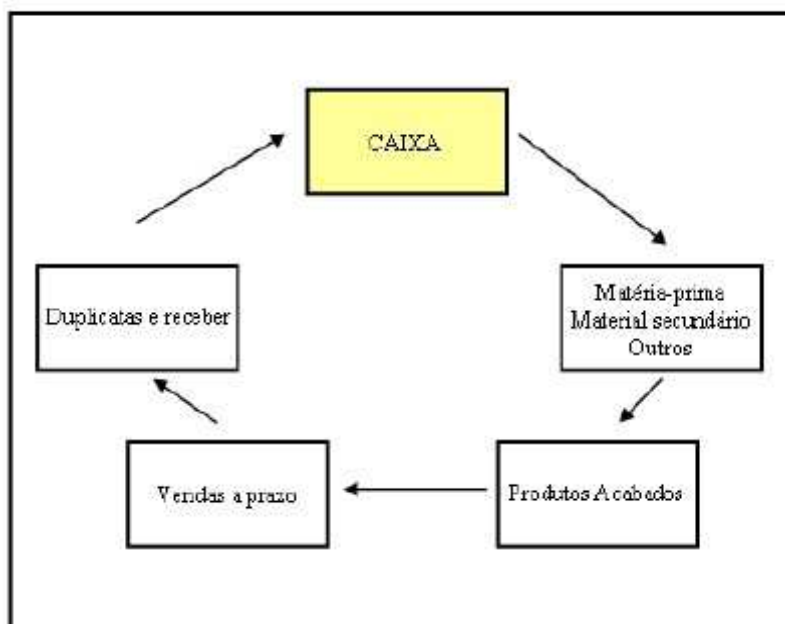


Figura: 8 Capacidade de giro vendas a prazo

Fonte: Berti (1999; p. 17)

Observando a figura 7, verifica-se levando em consideração a figura 8 que o ciclo de operação é mais rápido, o que permite o gestor não comprometer suas reservas financeiras ou captar recursos no mercado para a manutenção de suas

vendas, onde o mesmo poderá influenciar a composição do preço negociado do produto ou serviço ofertado.

3.2 A IMPORTÂNCIA DO FLUXO DE CAIXA NO GERENCIAMENTO DO CAPITAL DE GIRO

As finanças corporativas nas organizações são determinadas pelo planejamento estratégico como ferramenta de apoio para atingir um processo eficaz de interação da empresa com o mercado, as parcerias e o governo. Como nos ensina Monteiro (2002):

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) resguarda, na sua simplicidade, capacidades essenciais para o sucesso na condução de qualquer porte ou atividade empresarial, que permite, como por exemplo: (a) apoiar o estudo para a previsão de falência; (b) analisar a relação lucro versus caixa; (c) avaliar os efeitos no caixa das transações de investimentos e financiamentos e (d) indicar as possibilidades futuras de liquidação de obrigações. Estas, entre outras, corroboram com a idéia de que, para o estudo da liquidez, a DFC é o relatório mais eficaz na condução da gestão empresarial.

Já para Cardoso (2002, p.5), no caso do capital de giro, “o Fluxo de Caixa favorece a criação dos controles de saídas do sistema e a tomada de decisão pode ser bem mais acurada”.

O Capital de Giro atualmente é produzido com base na gestão eficiente que incorpora métodos que estabelecem equilíbrio entre os financiamentos adquiridos e os resultados obtidos que permitam uma liquidez.

Segundo Assaf Neto e Silva (2002), para que a empresa não passe por momentos de dificuldade é importante o gerenciamento do capital de giro para o financiamento de suas obrigações, evitando a insolvência e a dependência de empréstimos a taxas elevadas, ou seja, quando uma empresa necessita de capital de giro por períodos subseqüentes é caracterizado como efeito tesoura.

Em um ambiente onde as mudanças ocorrem com certa rapidez em função da globalização, as finanças corporativas compreendem estratégias com vistas ao controle financeiro, onde os riscos são evidentes diante de um mercado dinâmico incorrendo a necessidade de se aplicar estratégias econômico-financeiras para que se possa garantir o crescimento e a competitividade.

Conforme Marques (2008, p.24), “a administração deverá visualizar com antecedência as possibilidades de investimento, o grau de endividamento e o montante de dinheiro que considere necessário para manter em caixa, visando seu crescimento e sua rentabilidade”, evitando assim a captação de recursos de forma desnecessária, ocasionando a redução do retorno do investimento e impactando no resultado financeiro da empresa.

Neste sentido, as organizações devem utilizar ferramentas para o controle econômico com a finalidade de garantir a estabilidade do capital de giro, do crédito e eliminando os riscos de falência.

Os créditos e financiamentos são importantes instrumentos que as pequenas empresas precisam para desenvolver novas tecnologias, melhorar a qualidade da produção dos serviços, administração de despesas administrativas e outras ações que viabilizem e proporcionem a alavancagem dos negócios.

A captação de recursos e o controle financeiro são aspectos que podem definir o futuro das micro e pequenas empresas. Sem tais ferramentas, a gestão administrativa poderá passar por situações difíceis se não for estabelecido um sistema de controle.

Segundo Gitman (1997, p.3.), alavancagem é:

A capacidade que a empresa possui para usar os ativos ou recursos com um custo fixo, a fim de aumentar dos retornos de seus proprietários. Variações na alavancagem acarretam mudanças no nível do retorno e do risco associado.

Morante (2002), afirma que a alavancagem financeira favorece os ativos do patrimônio com um custo fixo, a partir da utilização de capitais de terceiros, quando em longo prazo determinam efeitos positivos sobre o patrimônio líquido.

De acordo com o interesse de cada gestor a captação de recursos para financiar suas operações deve-se levar em conta suas necessidades, onde se parte de uma ampla variedade de empréstimos que vêm a fomentar as empresas que necessitam de capital de giro, com as mais diferentes taxas e condições que estão subordinados, onde ocorre através de operações de desconto de duplicatas/cheques de suas vendas a prazo.

Os recursos financeiros externos advindos de capital de terceiros resultam da captação de empréstimos com entidades financeiras bancárias e instituições particulares. A forma de captar recursos varia de acordo com os interesses dos

sócios ou dono único. Assim, há uma ampla variedade de empréstimos que fomentam as empresas que necessitam de capital de giro com taxas competitivas, obtido através de operações de desconto de duplicatas/cheques de suas vendas a prazo e recebendo à vista.

Segundo Pietro (1997, p.19):

Os empréstimos feitos a novas empresas, quando ocorrem, geralmente têm taxas de juros elevadas e prazos curtos. As saídas de caixa destinadas ao pagamento de juros, resgates e amortizações são encargos onerosos para empresas jovens, que requerem substanciais influxos de capital durante os estágios iniciais de crescimento. Estas características especiais demandam uma forma de financiamento também especial. Dado o seu elevado risco, os investidores só terão interesse em investir nestas empresas através de instrumentos que permitam sua participação em resultados excepcionalmente favoráveis.

Neste sentido, uma das estratégias de alavancagem organizacional é a Utilização de capitais de terceiros. As empresas que se beneficiam de seu próprio capital, normalmente desenvolvem suas atividades produtivas com capitais de acionistas ou quotistas controladores dentro de um modelo associativo. Os modos do processo decisório e da alocação de poder entre os acionistas centram na definição de quotas partes entre os membros .

Para Hoji (2000) exercer o controle financeiro é estar controlando suas atividades monitorando e avaliando as informações financeiras determinando a necessidade de capital.

A gestão do fluxo de caixa é essencial para que as empresas possam planejar o seu fluxo financeiro permitindo uma visualização e o controle de suas obrigações e direitos. Dessa forma, o controle não adequado poderá comprometer a gestão incorrendo no risco da perda de controle de suas operações (SELL, 2004).

Para Hoji (2000), o proprietário de uma empresa esta inclinado a busca de resultados em função do capital investido.

Desta forma pode-se entender que o acompanhamento e controle do fluxo de caixa possibilitam ao gestor o controle e determinação do capital de giro, facilitando assim uma tomada de decisão que traga resultados positivos a empresa.

O que é confirmado por Bodie e Merton (1999), onde afirmam que uma empresa tem uma gestão responsável à medida que administra seu capital de giro não investindo em ativos não lucrativos como o caso de estoques e contas a receber.

Uma empresa pode ter duplicatas a receber de longo prazo oriundo de suas operações, mas pode se comprometer à medida que suas obrigações sejam de curto prazo o que irá causar uma necessidade de captação de capital de giro em duas circunstâncias, no momento em que se devem honrar seus compromissos, e possivelmente em uma situação onde a não liquidação da duplicata por parte de seu cliente, motivando-o a uma nova captação, não esquecendo que a necessidade do capital de giro para uma empresa depende de características do seu processo de produção ou de operação que esteja inserida.

A partir dos conceitos expostos pelos pesquisadores verifica ser fundamental a gestão de caixa para que a empresa possa identificar sua real necessidade em relação ao capital de giro para o curto e longo prazo. Parte-se que as micro empresas precisam adotar métodos que possam auxiliar melhorando o desempenho de suas atividades e que possa contribuir para o seu desempenho.

CAPÍTULO 4 – A Micro Empresa

4.1 DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA

Em razão da globalização econômica, mais especificamente no Brasil, no fim da década de 80 com a abertura do mercado e o Plano Real, o cenário das empresas começou mudar, onde a capacidade de gestão por parte dos empresários se torna cada vez mais exigentes onde sobrevivem apenas os que conseguirem atender o mercado com vistas a capacidade de alinhar estratégias que garantam o atendimento dos anseios da sociedade a qualidade da gestão empregada.

Cabe então a microempresa direcionar esforços no sentido amplo, estando preparada para se adaptar garantindo seu espaço em um mercado competitivo, onde sobreviverão os que associarem não somente a oferta de produtos e serviços de qualidade, sem que haja também a boa pratica de gestão.

São vários os critérios utilizados para determinação de uma ME, sendo através da receita bruta, número de empregados, receita operacional líquida entre outras, sendo considerados em conjunto ou de forma isolada (BRASIL, 2006; FLEURIET, KEHDY, BLANC, 1978).

	BNDS Receita operacional bruta anual
Microempresa	Menor ou igual a R\$ 2,4 milhões
Pequena empresa	Maior que R\$ 2,4 milhões e menor ou igual a R\$ 16 milhões
Média empresa	Maior que R\$ 16 milhões e menor ou igual a R\$ 90 milhões
Média-grande empresa	Maior que R\$ 90 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões
Grande empresa	Maior que R\$ 300 milhões

Quadro 1
BNDES Classificação das Micro, Pequenas, Médias e Grandes Empresas
Fonte: BNDES, 2011.

No quadro 1 apresenta-se a classificação das empresas levando em consideração a Receita operacional bruta anual, onde a micro empresa se enquadra com uma receita média de R\$ 200.000,00 mês, o que deve totalizar ao final de um ano até R\$ 2.400.000,00.

Discriminação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Micro e Pequena Empresa	1.919,0	2.440,5	3.438,6	3.233,9	4.013,9	4.021,2	6.048,6	9.126,1	11.619,5	23.697,5
Evolução		27%	41%	-6%	24%	0,2%	50%	51%	27%	104%
Evolução	1135%									

Quadro 2

Desembolso do Sistema BNDES para Micro e Pequenas Empresa em Milhões

Fonte: BNDES, 2011 adaptado pelo autor.

No quadro 2 pode se verificar a evolução do desembolso para financiamento da micro e pequena empresa dos últimos dez anos onde nota-se uma evolução de 27% em 2002 em relação a 2001, em 2003 houve um aumento na ordem de 41% em relação a 2002, já em 2004 houve uma redução na ordem de 6% em relação ao desembolso realizado em 2003, em 2005 houve um aumento na ordem de 24% em relação a 2004, em 2006 houve um aumento na ordem de 0,2% em relação a 2005, em 2007 houve um aumento na ordem de 50% em relação a 2006, em 2008 houve um aumento na ordem de 51% em relação a 2007, em 2009 houve um aumento na ordem de 27% em relação a 2008, em 2010 houve um aumento na ordem de 104% em relação a 2009. Observa-se que nestes dez anos os desembolsos que o volume de desembolsos sofreu uma evolução de 1.135% em 2010 levando em consideração 2001.

Discriminação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Micro e Pequena Empresa	14.912,0	18.932,0	26.957,0	20.406,0	29.312,0	39.366,0	69.318,0	99.339,0	225.294,0	417.148,0
Evolução		27%	42%	-24%	44%	34,3%	76%	43%	127%	85%
Evolução	2697%									

Quadro 3

Número de Operações do Sistema BNDES para Micro e Pequenas Empresa

Fonte: BNDES, 2011.

Observa-se quadro 3 uma evolução do número de operações da micro e pequena empresa dos últimos dez anos onde nota-se uma evolução de 27% em 2002 em relação a 2001, em 2003 houve um aumento na ordem de 42% em relação a 2002, já em 2004 houve uma redução na ordem de 24% em relação ao

desembolso realizado em 2003, em 2005 houve um aumento na ordem de 44% em relação a 2004, em 2006 houve um aumento na ordem de 34,3% em relação a 2005, em 2007 houve um aumento na ordem de 76% em relação a 2006, em 2008 houve um aumento na ordem de 43% em relação a 2007, em 2009 houve um aumento na ordem de 127% em relação a 2008, em 2010 houve um aumento na ordem de 85% em relação a 2009. Observa-se que nestes dez anos os desembolsos que o volume de desembolsos sofreu uma evolução de 2.697% em 2010 levando em consideração 2001.

	Número de Empregados		
	IBGE / SEBRAE		Ministério do Trabalho
	Indústria	Comércio e Serviços	Indústria, Comércio e Serviços
Microempresa	até 19	até 9	até 9
Pequena empresa	de 20 a 99	de 10 a 49	de 20 a 100
Média empresa	100 a 499	50 a 99	101 a 500
Grande empresa	mais de 500	mais de 100	acima de 501

Quadro 4

Classificação das Micro, Pequena, Média e Grande Empresa

Fonte: Adaptado Sebrae, Ministério do Trabalho, 2010c.

No quadro 4 apresenta-se o enquadramento que classifica a empresa quanto ao seu porte funcional em função do número de empregados onde o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) adota o mesmo critério que o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) tanto para indústria como para comércio e serviços, já para o Ministério do trabalho não existe distinção quanto a sua atividade onde o numero de funcionários é igual para qualquer segmento.

A ME assume um papel de importância sócio-econômica em um mercado globalizado. No Brasil de acordo com o anuário do Sebrae 2010a existem 5,8 milhões de empresas sendo deste total, 94% é micro empresas (MEs) e respondem por aproximadamente 13 milhões de empregos.

Silva (2006, p.35), afirma que “as empresas sofrem forte processo de normatização por meio das legislações, principalmente nas áreas comercial, tributaria e societária, entre outras”, sendo que o código civil brasileiro através da lei nº 10.406, de 10.01.2002 disciplina os tipos e características da sociedade e também as diversas modalidades de obrigações, assim como as regras da

legislação comercial definindo as estruturas das demonstrações contábeis, assim como também as normas tributárias que geram obrigações de ordem contábil e seus critérios de tributação.

Nas tabelas 1 e 2 apresentam o número de ME por região do ano de 2007 e 2008, onde se constata um aumento de 3,25% em 2008 levando em consideração o ano de 2007 e um aumento de 3,50% em 2008 comparado a 2007 levando em consideração as ME, Empresas de Pequeno Porte, Médias e Grandes Empresas. Esse crescimento pode ser considerado relevante em função da crise internacional e da retração de crédito, por outro lado as médias e grandes empresas foram mais atingidas em função de ocuparem espaço no mercado interno e externo.

Tabela 1
Número de estabelecimentos com e sem empregados, por porte Brasil e Grandes Regiões 2007 (em nºs absolutos)

Porte	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
	2007	2007	2007	2007	2007	2007
Micro	174.456	783.888	2.696.273	1.280.955	378.171	5.313.753
Com empregados	55.013	252.124	865.735	393.706	128.129	1.694.707
Sem empregados	119.443	531.764	1.830.538	887.259	250.042	3.619.046
Pequena	12.002	40.038	152.395	53.719	20.912	279.066
Média	1.424	4.290	17.965	5.721	1.995	31.403
Grande	817	2.450	9.785	2.496	1.100	16.648
TOTAL	188.699	830.674	2.876.418	1.342.901	402.178	5.640.870

Fonte: Adaptado Sebrae -Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa 2010b.

Na tabela 1 pode-se notar que a micro empresa no Brasil tem uma representação de 75% localizada nas regiões Sudeste e Sul garantindo grande força de trabalho, e geração de riqueza para o país.

Tabela 2
Número de estabelecimentos com e sem empregados, por porte Brasil e
Grandes Regiões 2008 (em nº absolutos)

Porte	Norte 2008	Nordeste 2008	Sudeste 2008	Sul 2008	Centro-Oeste 2008	Brasil 2008
Micro	182.634	810.720	2.783.357	1.314.549	395.389	5.486.649
Com empregados	59.798	267.187	903.054	415.508	137.543	1.783.090
Sem empregados	122.836	543.533	1.880.303	899.041	257.846	3.703.559
Pequena	12.983	43.316	162.694	58.078	22.976	300.047
Média	1.542	4.674	19.184	6.011	2.208	33.597
Grande	836	2.609	10.500	2.656	1.176	17.777
TOTAL	197.995	861.319	2.975.715	1.381.294	421.747	5.838.070

Fonte: Adaptado Sebrae -Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa 2010b.

A capacidade de geração de emprego por parte da micro e pequena empresa tem chamado atenção de instituições que direcionam esforços com a finalidade de assegurar a prosperidade do negócio.

Desta forma o micro e os pequenos empresários se vêem com necessidade de adotar estratégias que possam contribuir para o sucesso do seu negócio. Porém a falta de preparo destes empreendedores dificulta a visão de projeção de longo prazo, em função de não conseguirem muitas vezes estabelecer controle financeiro da empresa no curto prazo.

Segundo o Sebrae (2010c), os próprios empresários afirmaram que um dos principais fatores da mortalidade precoce de seus negócios está relacionado à falta de capital de giro, onde 29% das micro e pequenas empresas encerram suas atividades no seu primeiro ano de atividade e 56% não completam o quinto ano de vida, esses dados são referentes empresas constituídas entre os anos de 1999 e 2003, e deve-se ao:

- a) perfil de empreendedor pouco desenvolvido;
- b) falta de planejamento;
- c) deficiência na gestão do negócio;
- d) poucas políticas de incentivos e apoio;
- e) instabilidade econômica;
- f) problemas de ordem pessoal.

A falta de conhecimento de ferramentas de gestão para controle de custos, estoques, fluxo de caixa entre outras são apontadas como fatores determinantes para o insucesso da micro e pequena empresa.

4.2 MICROEMPRESA E O SIMPLES NACIONAL

No art. 179 da carta constitucional que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios trarão as microempresas tratamento diferenciado, com a perspectiva de incentivo a simplificação de suas obrigações tributárias, administrativas, creditícias, previdenciárias e tributárias.

Em dezembro de 2006 a Lei Complementar Nº 123/2006, ou legislação do SIMPLES Nacional, que entrou em vigor em 1 de julho de 2007, na sua forma tributária, para apuração dos impostos, apresentando em seu § 4º, artigo 16, onde as empresas já optantes pelo SIMPLES Federal, e que não estivessem impedidas de continuarem neste regime de tributação, estariam sendo absorvidas de forma automática passando a ser enquadrada no SIMPLES Nacional.

BRASIL (2006), conforme o disposto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, são consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário individual devidamente registrado na Junta Comercial do Estado ou no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

- I. Microempresas: aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00;
- II. Empresas de pequeno porte: aufera, em cada ano-calendário, receita bruta entre R\$ 240.000,00 e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00.

Conforme a lei onde cita a Receita Bruta, Higuchi (2003) esclarece por ser o valor das vendas de produtos ou serviços, deduzindo o cancelamento das vendas e descontos incondicionais.

Desta forma o:

Art.16 § 4º Serão consideradas inscritas no Simples Nacional, em julho de 2007, as microempresas e empresas de pequeno porte regularmente optantes pelo regime tributário de que trata a Lei nº 9.317 de 5 de dezembro de 1996, salvo as que estiverem impedidas de optar por alguma vedação imposta por esta Lei Complementar (BRASIL, 2006).

No Brasil a Constituição Federal assegura para as ME e para as EPP (Empresa de Pequeno Porte) uma adequação jurídica garantindo um tratamento diferenciado, em seu artigo 170, inciso IX e também o artigo 179, onde apresenta a simplificação de suas obrigações tributárias, creditícias, previdenciárias e administrativas.

A regulamentação do Simples Nacional se dá pelo (CGSN) Comitê Gestor de Tributação das ME e das EPP, onde foi instituído em 07.02.2007 pelo Decreto nº 6.038 tendo sua composição por dois representantes da Secretaria da Receita Federal, Secretaria da Receita Previdenciária, Estados e Municípios.

Estando inscrita no SN (Simples Nacional), passa-se a realizar sua arrecadação através de uma única guia estendendo-se aos seguintes impostos e contribuições:

- (IRPJ) Imposto de Renda Pessoa Jurídica;
- (IPI) Imposto sobre Produtos Industrializados;
- (CSLL) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;
- (COFINS) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social;
- Contribuição para o PIS/Pasep;
- (INSS) Contribuição para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica;
- (ICMS) Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação;
- (CPP) Contribuição Patronal Previdenciária (CPP);
- (ISSQN) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Na tabela 3 observam-se as alíquotas para o inscrito no SN, de acordo com o segmento em que atuam.

Tabela 3
Partilha do Simples Nacional

Receita Bruta Total em 12 meses (em R\$)	Até 120.000,00 Alíquota %	De 120.000,01 a 240.000,00 Alíquota %
Comércio	4	5,47
Indústria	4,5	5,97
Serviços e Locação de Bens Móveis	6	8,21
Serviços	4,5	6,54
Serviços decorrentes de prestação de serviços	6	7,27

Fonte: Adaptado

Cabe ressaltar que o Simples Nacional com o Redime Especial Unificado de Arrecadação de tributos trás uma considerável economia a micro empresa, visto que uma empresa quando opta pelo Lucro Presumido ou Lucro Real terá que recolher um ICMS de 17% já a micro empresa irá recolher no máximo 3,95%.

Levando em consideração o Estatuto da Micro e Pequena Empresa de 1999, existem critérios que as classificam e que fazem as mesmas gozarem de benefícios e incentivos sendo que alguns órgãos como (BNDES) Banco Nacional de Desenvolvimento Social, (IBGE) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística , (MT) Ministério do Trabalho.

A tributação da modalidade de SN se dá através da atividade que a empresa exerce de acordo com a Lei Complementar 123/06, onde a alíquota é determinada através da receita bruta acumulada, levando-se em consideração o período de apuração anterior.

4.3 PARTILHA DO SIMPLES NACIONAL

Na lei complementar n. 123/2006 pode-se encontrar discriminados nas tabelas 4, 5, 6 e 7, estabelecendo as alíquotas devidas mensalmente, onde se verifica de forma individual a alíquota que participa cada tributo.

Tabela 4
Partilha do Simples Nacional – Comércio

Receita Bruta Total em 12 meses (em R\$)	Alíquota %	IRPJ %	CSLL %	COFINS %	PIS/ PASEP %	CPP %	ICMS %
Até 120.000,00	4,00	0,00	0,21	0,74	0,00	1,80	1,25
De 120.000,01 a 240.000,00	5,47	0,00	0,36	1,08	0,00	2,17	1,86
De 240.000,01 a 360.000,00	6,84	0,31	0,31	0,95	0,23	2,71	2,33
De 360.000,01 a 480.000,00	7,54	0,35	0,35	1,04	0,25	2,99	2,56
De 480.000,01 a 600.000,00	7,60	0,35	0,35	1,05	0,25	3,02	2,58
De 600.000,01 a 720.000,00	8,28	0,38	0,38	1,15	0,27	3,28	2,82
De 720.000,01 a 840.000,00	8,36	0,39	0,39	1,16	0,28	3,30	2,84
De 840.000,01 a 960.000,00	8,45	0,39	0,39	1,17	0,28	3,35	2,87
De 960.000,01 a 1.080.000,00	9,03	0,42	0,42	1,25	0,30	3,57	3,07
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	9,12	0,43	0,43	1,26	0,30	3,60	3,10
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	9,95	0,46	0,46	1,38	0,33	3,94	3,38
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	10,04	0,46	0,46	1,39	0,33	3,99	3,41
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	10,13	0,47	0,47	1,40	0,33	4,01	3,45
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	10,23	0,47	0,47	1,42	0,34	4,05	3,48
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	10,32	0,48	0,48	1,43	0,34	4,08	3,51
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	11,23	0,52	0,52	1,56	0,37	4,44	3,82
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	11,32	0,52	0,52	1,57	0,37	4,49	3,85
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	11,42	0,53	0,53	1,58	0,38	4,52	3,88
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	11,51	0,53	0,53	1,60	0,38	4,56	3,91
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	11,61	0,54	0,54	1,60	0,38	4,60	3,95

Fonte: Receita Federal, 2010.

Verifica-se a diferença entre as tabela 4 e 5 à inclusão de 0,5% de Imposto sobre produtos industrializados, que é acrescentado gradativamente em cada uma das faixas da receita bruta apresentada na tabela 4.

Tabela 5
Partilha do Simples Nacional – Indústria

Receita Bruta Total em 12 meses (em R\$)	Alíquota %	IRPJ %	CSLL %	COFINS %	PIS/ PASEP %	CPP %	ICMS %	IPI %
Até 120.000,00	4,50	0,00	0,21	0,74	0,00	1,80	1,25	0,50
De 120.000,01 a 240.000,00	5,97	0,00	0,36	1,08	0,00	2,17	1,86	0,50
De 240.000,01 a 360.000,00	7,34	0,31	0,31	0,95	0,23	2,71	2,33	0,50
De 360.000,01 a 480.000,00	8,04	0,35	0,35	1,04	0,25	2,99	2,56	0,50
De 480.000,01 a 600.000,00	8,10	0,35	0,35	1,05	0,25	3,02	2,58	0,50
De 600.000,01 a 720.000,00	8,78	0,38	0,38	1,15	0,27	3,28	2,82	0,50
De 720.000,01 a 840.000,00	8,86	0,39	0,39	1,16	0,28	3,30	2,84	0,50
De 840.000,01 a 960.000,00	8,95	0,39	0,39	1,17	0,28	3,35	2,87	0,50
De 960.000,01 a 1.080.000,00	9,53	0,42	0,42	1,25	0,30	3,57	3,07	0,50
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	9,62	0,42	0,42	1,26	0,30	3,62	3,10	0,50
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	10,45	0,46	0,46	1,38	0,33	3,94	3,38	0,50
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	10,54	0,46	0,46	1,39	0,33	3,99	3,41	0,50
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	10,63	0,47	0,47	1,40	0,33	4,01	3,45	0,50
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	10,73	0,47	0,47	1,42	0,34	4,05	3,48	0,50
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	10,82	0,48	0,48	1,43	0,34	4,08	3,51	0,50
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	11,73	0,52	0,52	1,56	0,37	4,44	3,82	0,50
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	11,82	0,52	0,52	1,57	0,37	4,49	3,85	0,50
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	11,92	0,53	0,53	1,58	0,38	4,52	3,88	0,50
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	12,01	0,53	0,53	1,60	0,38	4,56	3,91	0,50
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	12,11	0,54	0,54	1,60	0,38	4,60	3,95	0,50

Fonte: Receita Federal, 2010.

A tabela 6 apresenta diferença na composição da alíquota onde não é considerado o ICMS da tabela 4 e o IPI da tabela 5, sendo incluído o ISS (Imposto sobre serviços), trazendo um aumento na alíquota na ordem de 2% em relação a tabela 4 e 1,5% em relação a tabela 5.

Tabela 6
Partilha do Simples Nacional – Serviços e Locação de Bens Móveis

Receita Bruta Total em 12 meses (em R\$)	Alíquota %	IRPJ %	CSLL %	COFINS %	PIS/ PASEP %	CPP %	ISS %
Até 120.000,00	6,00	0,00	0,39	1,19	0,00	2,42	2,00
De 120.000,01 a 240.000,00	8,21	0,00	0,54	1,62	0,00	3,26	2,79
De 240.000,01 a 360.000,00	10,26	0,48	0,43	1,43	0,35	4,07	3,50
De 360.000,01 a 480.000,00	11,31	0,53	0,53	1,56	0,38	4,47	3,84
De 480.000,01 a 600.000,00	11,40	0,53	0,52	1,58	0,38	4,52	3,87
De 600.000,01 a 720.000,00	12,42	0,57	0,57	1,73	0,40	4,92	4,23
De 720.000,01 a 840.000,00	12,54	0,59	0,56	1,74	0,42	4,97	4,26
De 840.000,01 a 960.000,00	12,68	0,59	0,57	1,76	0,42	5,03	4,31
De 960.000,01 a 1.080.000,00	13,55	0,63	0,61	1,88	0,45	5,37	4,61
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	13,68	0,63	0,64	1,89	0,45	5,42	4,65
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	14,93	0,69	0,69	2,07	0,50	5,98	5,00
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	15,06	0,69	0,69	2,09	0,50	6,09	5,00
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	15,20	0,71	0,70	2,10	0,50	6,19	5,00
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	15,35	0,71	0,70	2,13	0,51	6,30	5,00
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	15,48	0,72	0,70	2,15	0,51	6,40	5,00
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	16,85	0,78	0,76	2,34	0,56	7,41	5,00
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	16,98	0,78	0,78	2,36	0,56	7,50	5,00
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	17,13	0,80	0,79	2,37	0,57	7,60	5,00
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	17,27	0,80	0,79	2,40	0,57	7,71	5,00
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	17,42	0,81	0,79	2,42	0,57	7,83	5,00

Fonte: Receita Federal, 2010.

Pode-se verificar que a diferença entre as tabela 6 e 7 refere-se à exclusão do CPP (Contribuição Patronal Previdenciária).

Tabela 7
Partilha do Simples Nacional – Serviços

Receita Bruta Total em 12 meses (em R\$)	Alíquota %	IRPJ %	CSLL %	COFINS %	PIS/PASEP %	ISS %
Até 120.000,00	4,50	0,00	1,22	1,28	0,00	2,00
De 120.000,01 a 240.000,00	6,54	0,00	1,84	1,91	0,00	2,79
De 240.000,01 a 360.000,00	7,70	0,16	1,85	1,95	0,24	3,50
De 360.000,01 a 480.000,00	8,49	0,52	1,87	1,99	0,27	3,84
De 480.000,01 a 600.000,00	8,97	0,89	1,89	2,03	0,29	3,87
De 600.000,01 a 720.000,00	9,78	1,25	1,91	2,07	0,32	4,23
De 720.000,01 a 840.000,00	10,26	1,62	1,93	2,11	0,34	4,26
De 840.000,01 a 960.000,00	10,76	2,00	1,95	2,15	0,35	4,31
De 960.000,01 a 1.080.000,00	11,51	2,37	1,97	2,19	0,37	4,61
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	12,00	2,74	2,00	2,23	0,38	4,65
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	12,80	3,12	2,01	2,27	0,40	5,00
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	13,25	3,49	2,03	2,31	0,42	5,00
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	13,70	3,86	2,05	2,35	0,44	5,00
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	14,15	4,23	2,07	2,39	0,46	5,00
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	14,60	4,60	2,10	2,43	0,47	5,00
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	15,05	4,90	2,19	2,47	0,49	5,00
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	15,50	5,21	2,27	2,51	0,51	5,00
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	15,95	5,51	2,36	2,55	0,53	5,00
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	16,40	5,81	2,45	2,59	0,55	5,00
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	16,85	6,12	2,53	2,63	0,57	5,00

Fonte: Receita Federal, 2010.

Verifica-se que o modelo de apuração dos tributos das MPEs (Micro e Pequenas Empresas) além de ser abrangente é simplificado, resumindo assim o sistema tributário e diminuindo assim a carga tributaria, incentivando o fomento de

novos negócios nas MPEs onde um único documento de arrecadação engloba todos os tributos.

CAPÍTULO 5 - CIDADE DE SANTOS

5.1 BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

A cidade de Santos localiza-se no litoral do estado de São Paulo, sendo um município portuário onde se tem instalado o Porto de Santos, antigo Porto do Café inaugurado em 1892 onde sua economia tinha como centro das atenções o café responsável pela economia local e também do Brasil. Verificam-se relatos a respeito da Ilha de São Vicente apenas dois anos após o descobrimento oficial do Brasil, em 1502, com a expedição de Américo Vespúcio para o reconhecimento da costa brasileira. Ao passar pela ilha dantes conhecida pelos indígenas sob o nome de Goiaó (ou Guaiaó), a expedição decidiu dar-lhe o nome do santo do dia, São Vicente. Santos foi elevada à categoria de cidade em 26 de janeiro de 1839 quando a Assembleia Provincial resolveu aprovar uma Lei que elevou a Vila de Santos à condição de Cidade de Santos, assinada por Venâncio José Lisboa, presidente da Assembléia.

5.2 CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS

Sua economia está a cerca do Porto de Santos, considerado o maior da América Latina sendo responsável juntamente com o turismo, comércio e pesca pela dinâmica econômica da cidade. Segundo IBGE (2008) Santos se posiciona em 18º no *ranking* dos municípios do Brasil com um PIB de R\$ 24.614.406 bilhões.

A cidade ocupa uma área da unidade territorial de 281 Km², possui uma população de 419.757 pessoas, sendo 192.056 homens e 227.701 mulheres, deste total 419.443 enquadram-se como população urbana e 314 pessoas como população rural, já o total de domicílios particulares é de 176.905, sendo 140.872 ocupados, 3.930 domicílios particulares não ocupados sendo que os mesmos estão fechados, 2.070 sendo o mesmo de uso ocasional, 12.033 domicílios particulares

não ocupados classificados como vagos, 238 domicílios coletivos, 97 domicílios coletivos com morador e 141 coletivos sem morador. (IBGE, 2010)

Abriga 22.706 empresas que respondem por um pessoal ocupado total de 183.825, já 151.943 estão enquadrados como pessoal ocupado assalariado, sendo responsável por salários e outras remunerações na ordem de 2.900.242 Mil Reais, sendo 3,6 o salário médio mensal. (IBGE, 2008).

Com 102 agências bancárias que registram operações de crédito na ordem de R\$ 3.201.515 Mil, os depósitos a vista realizados pelo governo R\$ 17.282 Mil, os Depósitos à vista – privado R\$ 671.806 Mil, Poupança R\$ 2.512.334 Mil, Depósitos a prazo R\$ 2.322.649 Mil e Obrigações por Recebimento R\$ 626 Mil (IBGE, 2009).

Já o valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes são R\$ 3.398 mil reais, o valor adicionado bruto da indústria a preços correntes de R\$ 3.130.515 mil reais, valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes de R\$ 8.024.458 mil reais, impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes de R\$ 13.456.034 mil reais, PIB a preços correntes R\$ 24.614.406 mil reais e PIB per capita a preços correntes R\$ 58.954,12 reais.

Segundo JOÃO, (2008),

O impacto econômico dos componentes do *cluster* portuário-marítimo na micro-região de Santos pode ser dada por: número de negócios gerados e em atividade, número de empregos diretos e indiretos, total de salários e faturamento total de cada uma das indústrias potenciais do *cluster*. Os ganhos vêm da somatória de todas essas indústrias além das receitas adicionais de *royalties*.

Neste estudo preliminar João (2008), apresenta um número estimado de 14.000 trabalhadores, o que podemos analisar um impacto na economia local da cidade de Santos que impulsiona a criação de novas empresas e conseqüentemente a geração de novas frentes de trabalho.

Levantamento realizado e publicado no boletim mensal da Agência Nacional de Petróleo (2011), mostra que a bacia de Santos em dezembro de 2010 produziu por dia 65,2 mil barris por dia de petróleo e 2,312 milhões de metros cúbicos de gás natural. Com o estabelecimento de um escritório na cidade de Santos o orçamento do município passou de R\$ 698 milhões em 2006 para 2009 na ordem de 1,1 bilhão observando assim um acréscimo de 58% onde em 2010 observa-se aumento de 1,3 bilhão.

Estas informações nos mostram que a Cidade de Santos passa por um momento de crescimento com a geração de novos negócios o que exigirá do micro empresário fazer a gestão do seu negócio com estratégia e inteligência, pois o crescimento da economia local desperta o interesse de empresas que busquem migrar em busca de novas oportunidades de negócios.

5.3 ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO (EXERCÍCIO 2011)

A Lei nº 2.735 de dezembro de 2010 aprovou o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do município de Santos na sessão realizada no dia 18 de novembro de 2010 para o exercício de 2011 estima a receita bruta da Administração direta em R\$ 1.321.256.600,00 e a líquida em R\$ 1.250.845.000,00, receita orçamentária da administração indireta (Fundações de Direito Público e Autarquias) em R\$239.755.000,00, o que totaliza uma receita bruta de R\$ 1.561.011.600,00 e a líquida de R\$ 1.490.600.000,00, de onde parte e fixa a despesa dos órgãos da administração direta e indireta em valores de junho de 2010 para o exercício 2011 onde o orçamento será para o legislativo R\$ 50.954.000,00, Executivo R\$ 12.377.000,00, Secretaria de desenvolvimento e assuntos estratégicos R\$133.817.000,00, secretaria de finanças R\$ 54.567.000,00, secretaria de gestão R\$ 63.089.000,00, secretaria da educação 293.081.000,00, secretaria da saúde R\$ 273.844.000,00, secretaria da assistência social R\$ 29.523.000,00, secretaria da infraestrutura e edificações R\$ 67.840.000,00, secretaria de turismo R\$ 16.962.000,00, secretaria de esportes R\$ 12.923.000,00, secretaria da cultura R\$ 22.287.000,00, secretaria de planejamento R\$ 6.369.000,00, secretaria de comunicação social R\$ 15.985.000,00, secretaria do meio ambiente R\$ 19.569.000,00, procuradoria geral do município R\$ 20.633.000,00, ouvidoria pública municipal R\$ 840.000,00, secretaria de defesa da cidadania R\$ 3.475.000,00, secretaria de segurança R\$ 20.502.000,00, secretaria de assuntos portuários e marítimos R\$ 1.241.000,00 e secretaria de serviços públicos R\$ 125.043.000,00, totalizando a despesa da administração direta em R\$ 1.244.921.000,00. Já a administração indireta orçou para a fundação arquivo e memória R\$ 2.175.000,00,

fundação pró-esporte R\$ 4.077.000,00, instituto de previdência social dos servidores públicos municipais de Santos R\$ 210.908.000,00, caixa pecúlio e pensões dos servidores municipais de Santos R\$ 28.519.000,00 totalizando a despesa da administração indireta em R\$ 245.679.000,00, onde somado o orçamento previsto para as despesas da administração direta e indireta se tem R\$ 1.490.600.000,00 (PREFEITURA DA CIDADE DE SANTOS, 2010).

Estudo realizado pelo Sebrae (2010c), em seus 12 anos de monitoramento apresenta que 27% das empresas encerram suas atividades no 1º ano de atividade, 37% no 2º ano, 46% no 3º ano, 50% no 4º ano e 58% no 5ª ano. Neste estudo é identificado como principais causas que ocasionam o encerramento de suas atividades a falta de planejamento prévio, gestão deficiente do negócio, insuficiência de políticas de apoio, flutuações na conjuntura econômica e problemas pessoais dos proprietários.

CAPÍTULO 6 – RESULTADOS DA PESQUISA

Neste capítulo serão apresentados e analisados os resultados relacionados à pesquisa aplicada aos proprietários das microempresas da cidade de Santos.

A análise tem como objetivo, conforme Gil (1994, p.166), “organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação”.

6.1 ANÁLISE DESCRITIVA

Nesta seção apresentam-se os resultados da análise descritiva dos respondentes.

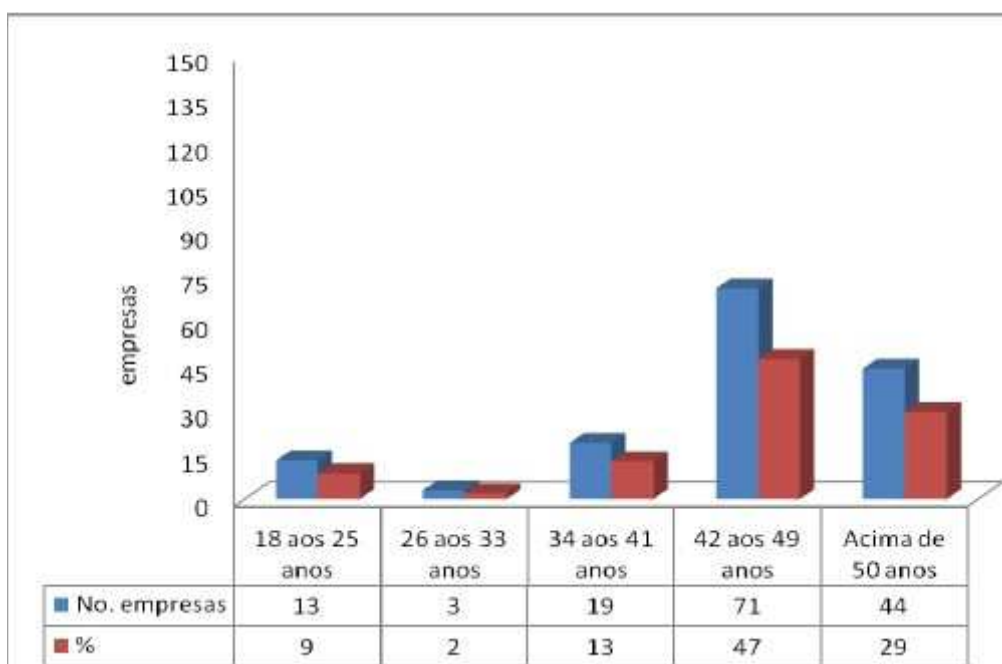


Gráfico 1: Faixa Etária.

Fonte: a própria pesquisa (N=150)

Quando perguntado a faixa etária observamos que treze proprietários o que representam 9% tem entre 18 e 25 anos, três proprietários o que representa 2% tem entre 26 e 33 anos, 19 proprietários representando 13% tem entre 34 e 41 anos, 71 proprietários o que representa 47% tem entre 42 e 49 anos, já 44 proprietários o que representa 29% tem 50 anos ou mais. Percebe-se que 24% dos proprietários têm idade entre 18 e 41 anos e 76% têm 42 anos ou mais.

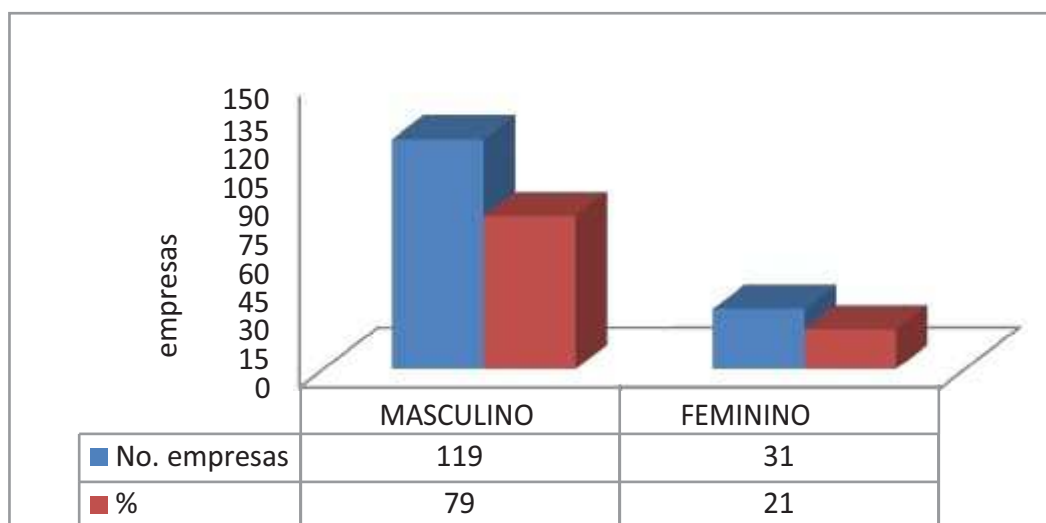


Gráfico 2: Gênero

Fonte: a própria pesquisa (N=150)

Dos pesquisados 119 o que representa 79% são homens enquanto 31 o que representa 21% são mulheres, que estão a frente dos negócios.

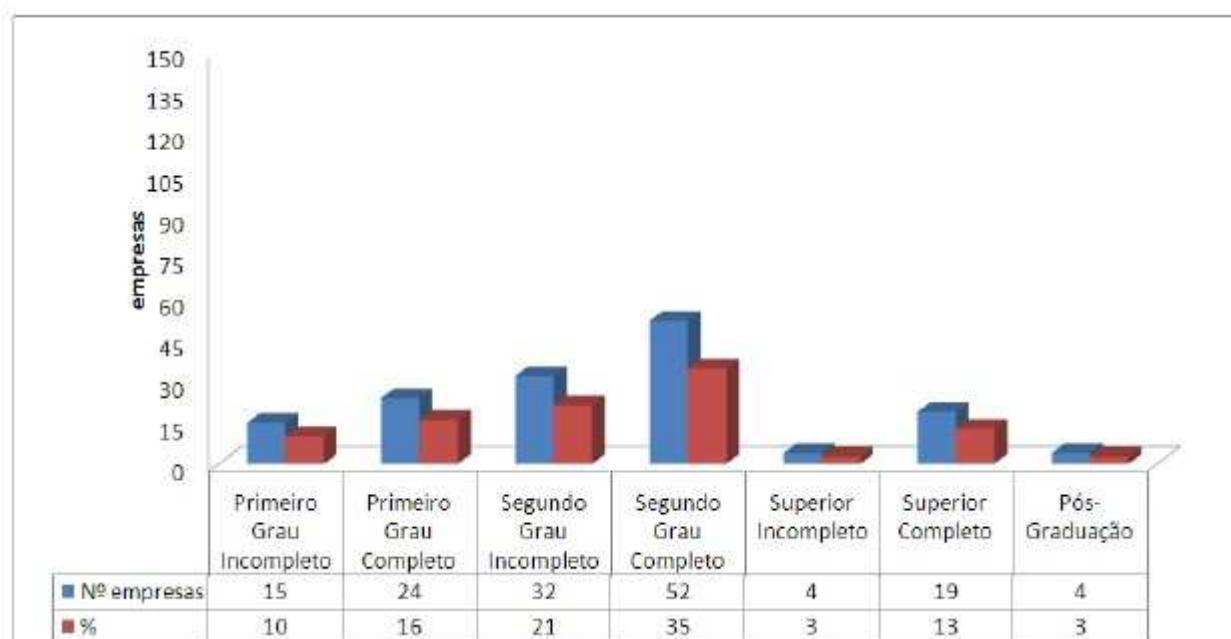


Gráfico 3: Escolaridade

Fonte: a própria pesquisa (N=150)

Quando perguntado o nível de escolaridade quinze o que representa 10% responderam ter o primeiro grau incompleto, 24 representando 16% responderam ter o primeiro grau completo, 32 representando 21% responderam ter o segundo grau incompleto, 52 representando 35% responderam ter o segundo grau completo, quatro representando 3% responderam ter superior incompleto, 19 representando

13% responderam ter superior completo e quatro representando 3% responderam ter pós-graduação.

Segundo o IBGE (2010), O país tem 9,6% da população com 15 ou mais anos analfabeta segundo censo 2010

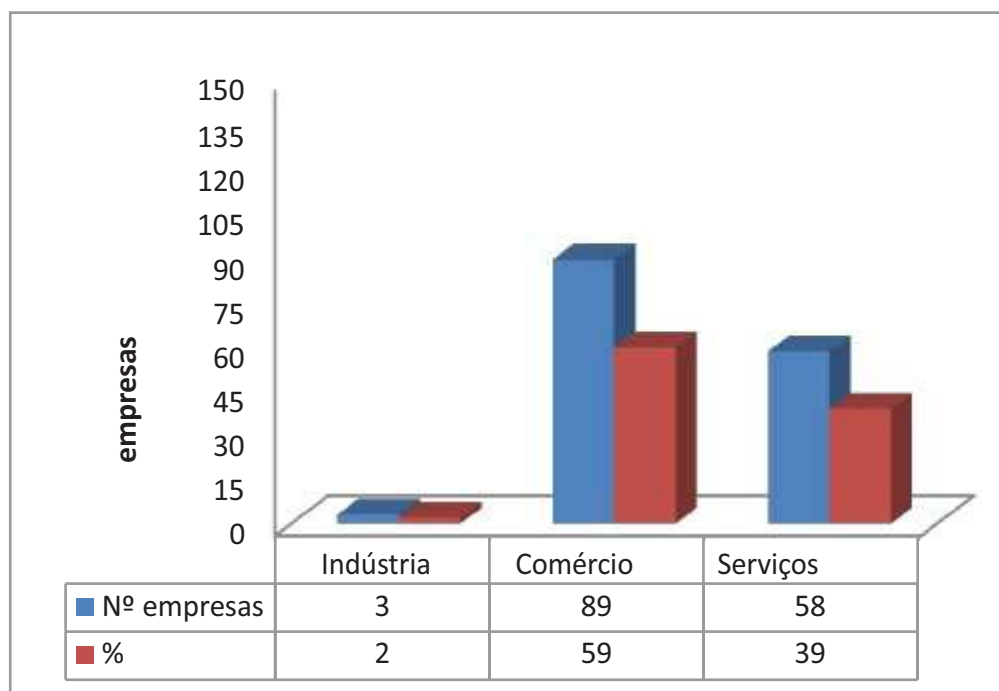


Gráfico 4: Qual é o ramo de atividade de sua empresa

Fonte: a própria pesquisa (N=150)

Da pesquisa realizada 2% referem-se à indústria contando com três empresas, 59% das empresas tem atividade voltada ao comércio contando com 89 empresas e 39% das empresas pesquisadas têm atividade voltada para serviços representados por 58 empresas.

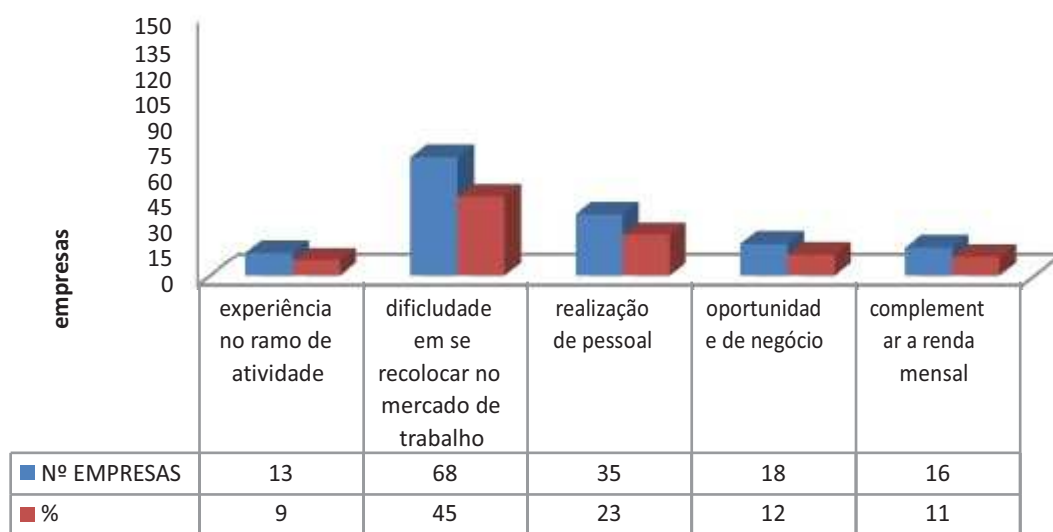


Gráfico 5: Motivo que o levou a abertura da empresa

Fonte: a própria pesquisa (N=150)

Verifica-se que 13 proprietários o que representa 9% optaram na abertura de uma empresa em função de possuírem experiência no ramo de atividade em que atuam já 68 o que representa 45% afirmam que optaram em abrir uma empresa por falta de oportunidade em se recolocar no mercado de trabalho, 35 dos proprietários o que representa 23% responderam que a motivação surgiu por realização pessoal, 18 proprietários o que representa 12% alegam que a motivação justifica-se por uma oportunidade de negócio e 16 proprietários o que representa 11% dos 150 pesquisados responderam que a motivação surge da necessidade de complementação da renda mensal.

Nota-se que a dificuldade destes se recolocar no mercado de trabalho pode-se relacionar a sua faixa etária onde na tabela 2 estão entre 42 a 49 anos equivalentes a 47% dos respondentes.

Onde podemos justificar tal resposta, com pesquisa realizada pelo DIEESE(2010), em estudo realizado que pessoas com 40 anos ou mais apresentam mais dificuldades em se recolocar no mercado de trabalho.

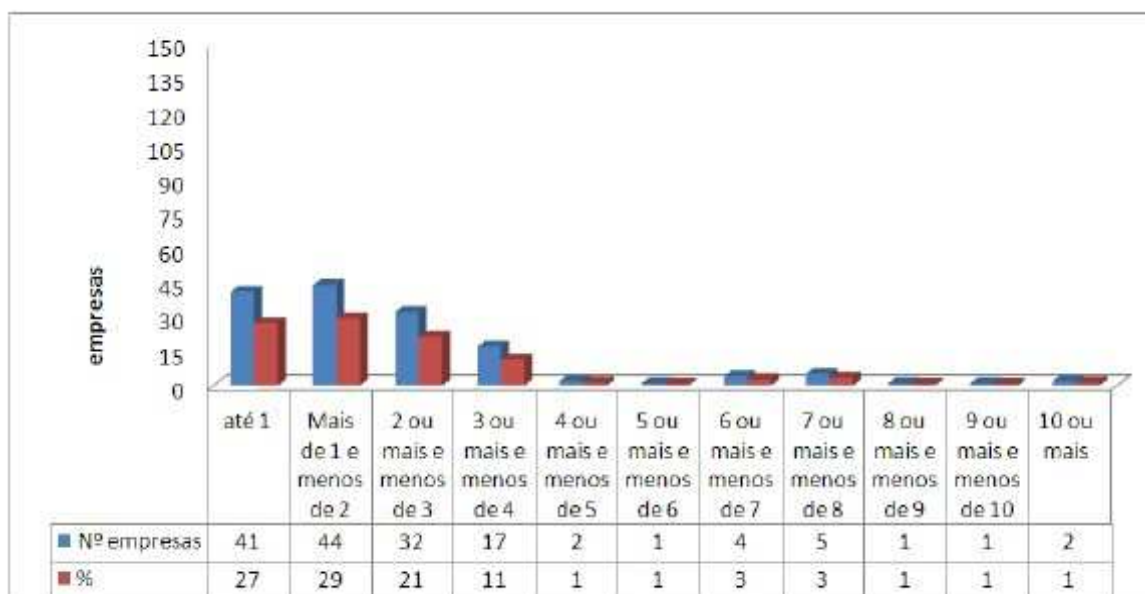


Gráfico 6: Há quantos anos a empresa atua no mercado

Fonte: a própria pesquisa (N=150)

Pode-se observar que 41 empresas o que representa 27% esta em atividade no mercado com até um ano de exercício em suas atividades, 44 empresas estão a mais de um ano e menos que três anos o que representa 29%, 32 empresas o que representa 21% tem dois anos ou mais e menos de três anos de atividade, 17 empresas o que representa 11% estão em atividade há três anos ou mais e menos que quatro, duas empresas o que representa 1% responderam estar quatro anos ou mais e menos que cinco, uma empresa o que representa 1% tem suas atividades há cinco anos ou mais e menos que seis anos, já quatro empresas o que representa 3% responderam que suas atividades ocorrem a seis anos ou mais e menos que sete, cinco empresas o que representa 3% tem sete anos ou mais e menos de oito anos de atividade, uma empresa o que representa 1% está em atividade há oito anos ou mais e menos de nove anos, uma empresa o que representa 1% está em atividade há nove anos ou mais e menos que dez anos e duas empresas o que representa 1% tem suas atividades a dez anos ou mais.

Segundo estudo realizado pelo IBGE (2010) “de um total de 464.700 mil empresas que iniciaram suas atividades em 2007, 353.500 mil (76,1%) continuavam no mercado em 2008. As outras 111.200 (23,9%) já tinham encerrado suas operações”.

Para Tachizawa e Faria (2002), o alto índice de empresas que fecham de forma prematura se dá por falta de capital de giro, falta de crédito, problemas financeiros, falta de clientes, falta de conhecimentos gerenciais.

Com isso evidencia-se apresentando-se apenas 16 empresas o que significa 11% das empresas pesquisadas tem mais de quatro anos de atividade o que vem se confirmar com pesquisas realizadas pelo SEBRAE (2010d), onde aponta em 42% dos casos o fechamento por falta de capital de giro e 21% por problemas financeiros, totalizado assim 63%.

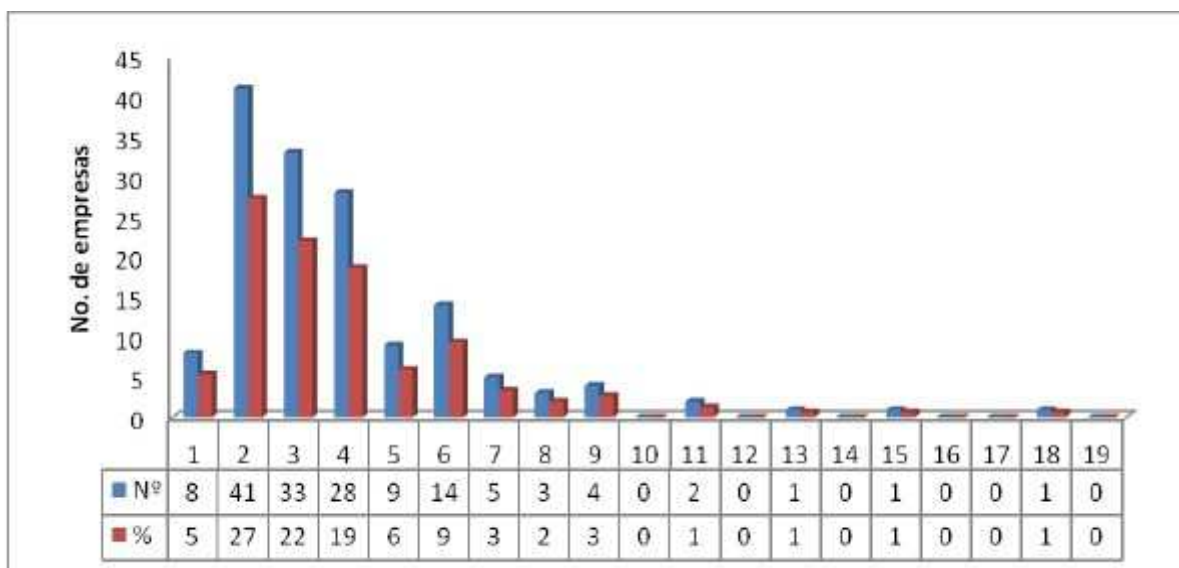


Gráfico 7: Quantidade de funcionários

Fonte: a própria pesquisa (N=150)

Observa-se que oito empresas representando 5% possuem apenas um funcionário, já 102 empresas representando 68% da amostra possuem dois ou mais até quatro funcionários, 35 empresas tem cinco ou mais até nove funcionários o que representa 23%, e cinco empresas representando 3% contam com 11 ou mais até 18 funcionários. Constata-se que estas 150 empresas são responsáveis por 593 postos de trabalho, onde irei considerar que cada trabalhador recebe ao menos um salário mínimo de R\$ 545,00, temos estas empresas como responsáveis por perceberem mensalmente aos seus funcionários R\$ 323.185,00.

Segundo o IBGE (2010),

(...) as empresas sem pessoal assalariado (composta somente por proprietários), 70,6% seguiam operando em 2008. Essa taxa sobe para 91,8% entre as empresas que possuem entre um e nove assalariados. No caso das empresas com 10 ou mais pessoas assalariadas, esse índice chega a 95,7%.

Podemos verificar no gráfico 7 que apenas cinco microempresas estão em atividade com mais de dez funcionários o que representa 4% das empresas pesquisadas.

Porém se verificarmos o gráfico 4 observa-se que responderam a pesquisa três indústrias, já no gráfico 4 temos cinco empresas com mais de dez funcionários, onde se verifica no gráfico 7 que pode-se considerar micro empresas que atuam no segmento comércio e serviço que possuam até nove funcionários e dezenove para indústria conforme de acordo com o IBGE e SEBRAE, já o Ministério do Trabalho determina até nove funcionários para indústria, comércio e serviço. Neste caso apurou-se que três micro-empresas do segmento de serviços possuem trabalhadores na informalidade.

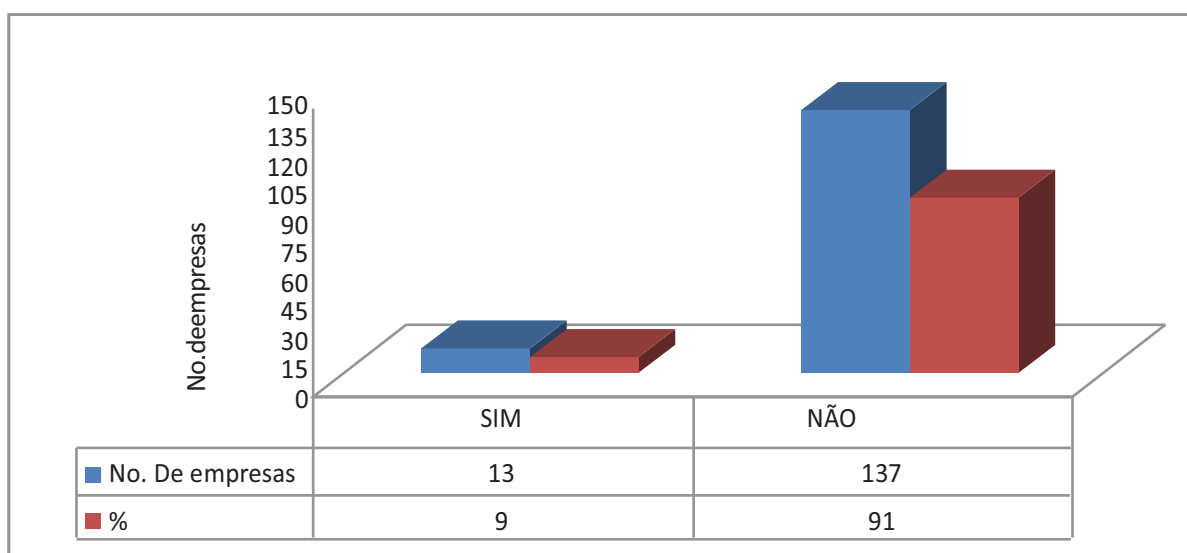


Gráfico 8: O imóvel onde a empresa esta instalada é próprio

Fonte: a própria pesquisa (N=150)

Verifica-se que apenas 13 empresas estão estabelecidas em imóvel próprio representando 9% das 150 empresas pesquisadas e 137 empresas o que representa 91% não possuem imóvel próprio.

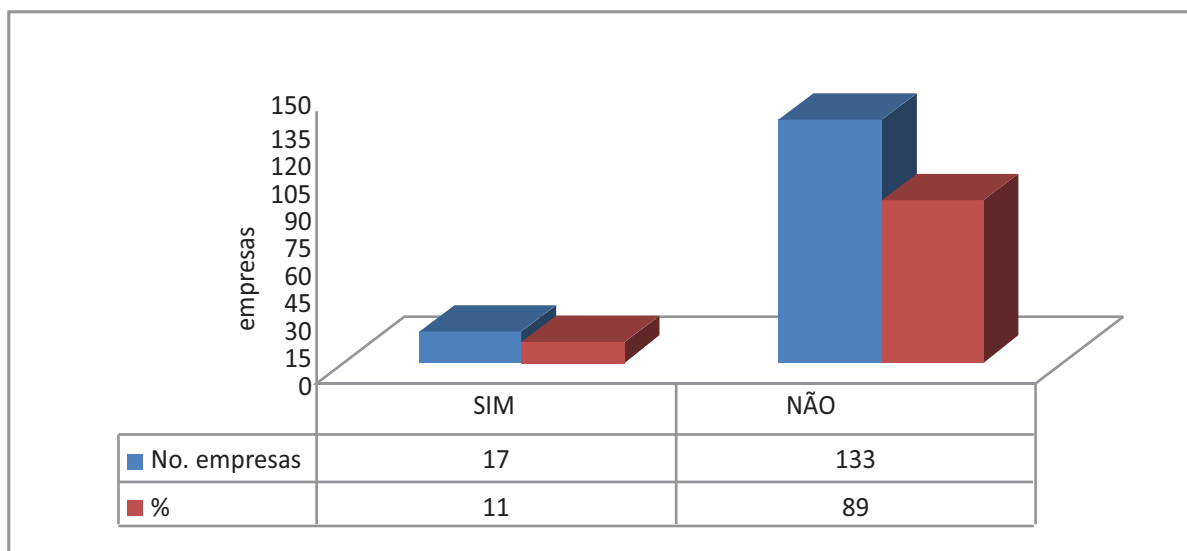


Gráfico 9: Você conhece o demonstrativo do Fluxo de Caixa?

Fonte: a própria pesquisa (N=150)

É observado que 133 empresas o que equivale a 89% não conhecem o DFC, e apenas 11% representado por 17 conhecem o DFC.

Segundo o IBRACON (1998), o DFC evidencia ao gestor a capacidade que a empresa tem em gerar caixa, criando dessa forma sua dependência em relação a sua utilização com vistas a um instrumento que permitirá a tomada de decisão melhorando assim seu desempenho de resultados. Tal fato é evidenciado no gráfico 9 onde 78% já realizaram a necessidade do micro-empresário se utilizar de capital de terceiros.

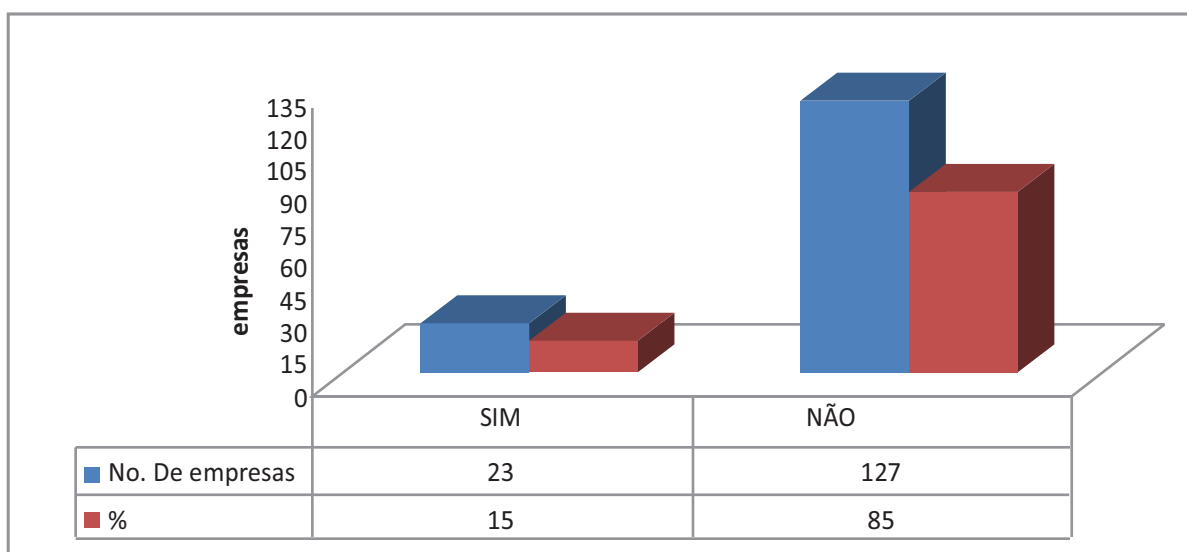


Gráfico 10: Você utiliza fluxo de caixa para controle das entradas e saídas de caixa.

Fonte: a própria pesquisa (N=150)

Para Zdanowicz (1998, p.33) “fluxo de caixa é o instrumento que permite demonstrar as operações financeiras que serão realizadas pela empresa” desta forma permite ao gestor avaliar e monitorar as saídas e entradas de caixa, o que facilita a tomada de decisão visando atitudes preventivas para a manutenção de seus compromissos garantindo a sustentabilidade de suas operações.

Observa-se que 127, ou seja, 85% dos 150 não utilizam o FC, o que contribui para a não utilização esta ligado diretamente a falta de conhecimento da ferramenta e dos benefícios proporcionados para a gestão da empresa.

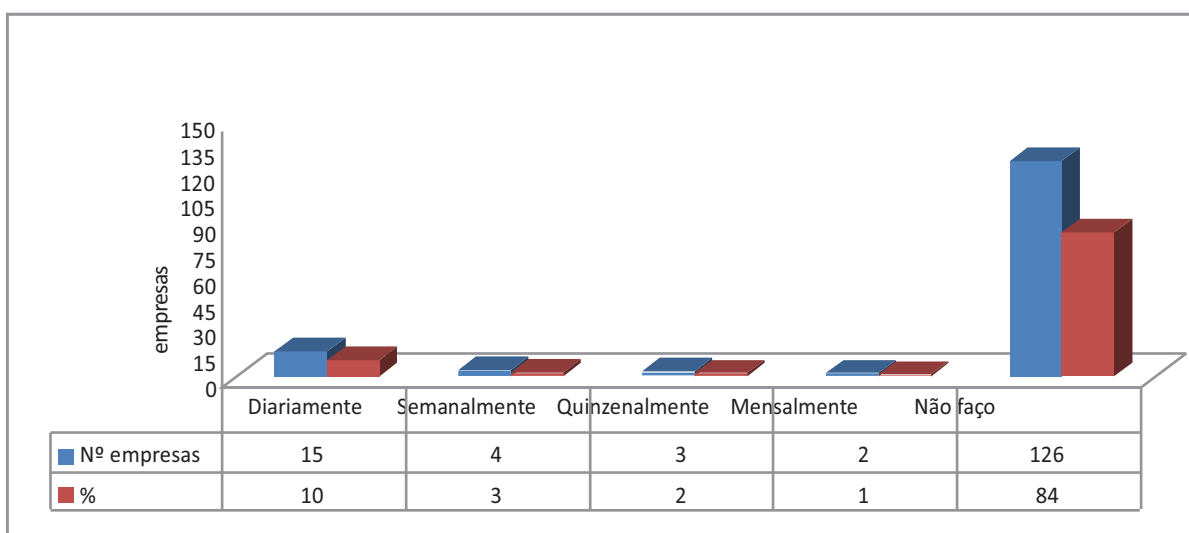


Gráfico 11: A periodicidade de atualização do Fluxo de Caixa ocorre:

Fonte: a própria pesquisa (N=150)

Para o proprietário da microempresa é importante que se tenha uma visão semanal, quinzenal e mensal visto que a antecipação de um cenário onde haja a necessidade de recursos financeiros trará ao gestor maior segurança em suas decisões, uma vez que o acompanhamento do FC proporciona projetar as entradas e saídas possibilitando uma melhor gestão em relação à liquidez dos recursos disponíveis. No gráfico 11 apresenta 126 empresas o que representa 84% das empresas não realizam atividades voltadas à atualização do FC o que trará seguramente dificuldades na gestão de seus recursos, 15 empresas representando 10% fazem o acompanhamento diário de suas operações, já quatro empresas o que representa 3% fazem o acompanhamento semanalmente, três empresas representando 2% acompanham quinzenalmente, duas empresas que representa

1% fazem o acompanhamento das entradas e saídas de caixa uma vez por mês, já 126 o que representa 84% das empresas responderam que não atualizam o FC.

Segundo Gitmam (2002, p. 88), o fluxo de caixa “permite ao administrador financeiro e a outras pessoas interessadas analisar o passado e possivelmente o futuro fluxo de caixa da empresa”, desta forma o gestor da empresa precisa concentrar atenção para prevenir a falta de liquidez ocasionando a insolvência da empresa.

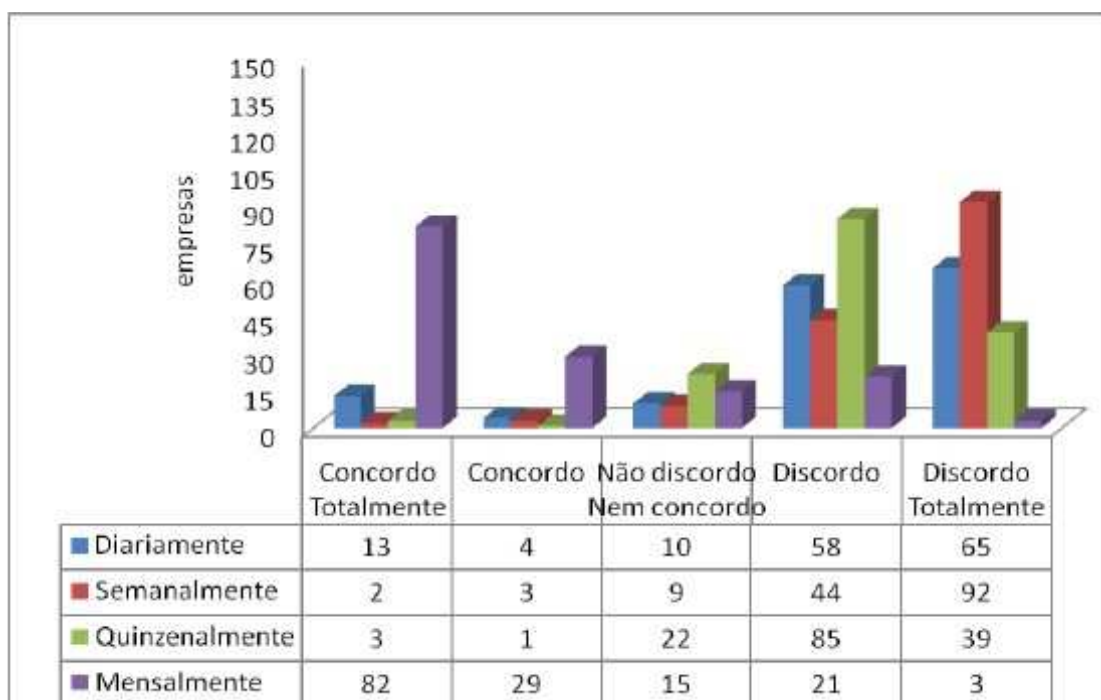


Gráfico 12: Periodicidade de atualização do Fluxo de Caixa ou Demonstrativo de Entradas e Saídas
 Fonte: a própria pesquisa (N=150)

Em relação à atualização semanalmente cinco proprietários responderam que concordam ou concordam totalmente que a atualização deve acontecer semanalmente representando 3% dos pesquisados, nove proprietários responderam que não discordam ou concordam que a atualização do fluxo de caixa deve ocorrer semanalmente representando 6% das empresas. 136 proprietários responderam que discordam a pratica de atualização semanal do fluxo de caixa representando 90% das empresas. Quatro proprietários concordam ou concordam totalmente que a atualização do fluxo de caixa deve ocorrer quinzenalmente o que representa 3% das empresas pesquisadas, 22 proprietários responderam que não discordam ou concordam que a atualização do fluxo de caixa deve ocorrer quinzenalmente

representando 15% das empresas, 124 proprietários responderam que discordam ou discordam totalmente.

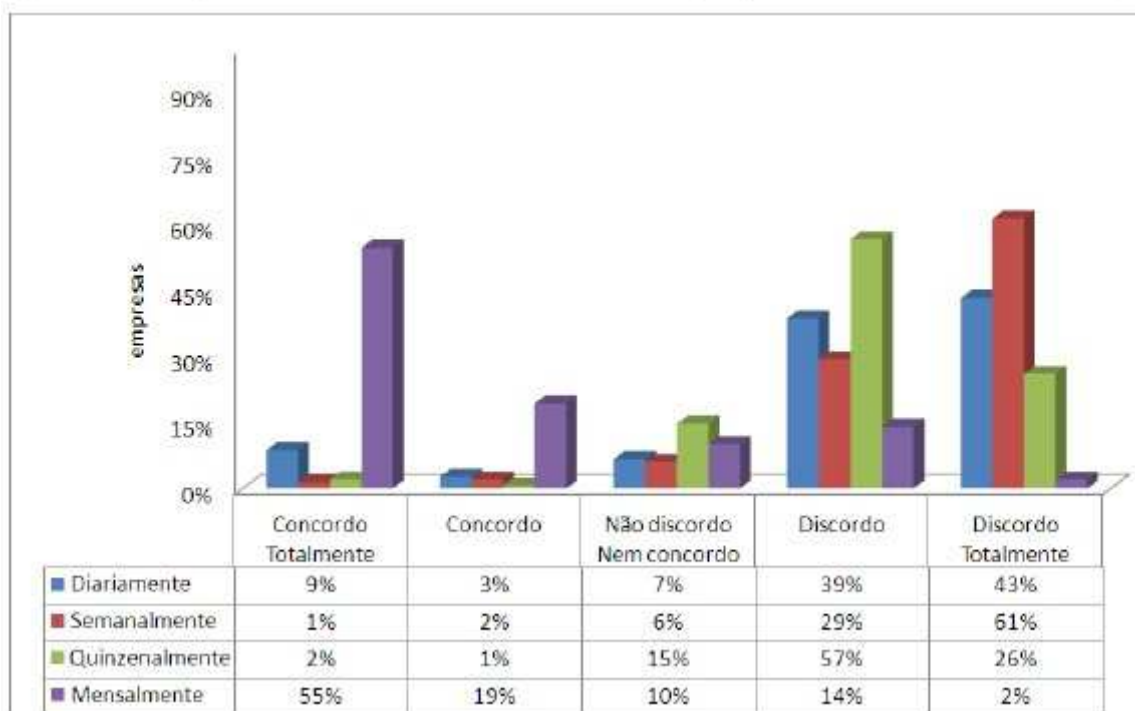


Gráfico 13: A atualização do fluxo de caixa deve ocorrer

Fonte: a própria pesquisa (N=150)

Dos entrevistados 17 proprietários concordam ou concordam totalmente que a atualização do fluxo de caixa deve ocorrer diariamente o que representa 12% das empresas pesquisadas, dez proprietários responderam que não discordam ou concordam que a atualização do fluxo de caixa deve ocorrer diariamente representando 7% das empresas, 123 proprietários responderam que discordam ou discordam totalmente em relação a pratica de atualização diária do fluxo de caixa o que representa 82% das empresas. Em relação à atualização semanalmente cinco proprietários responderam que concordam ou concordam totalmente que a atualização deve acontecer semanalmente representando 3% dos pesquisados, nove proprietários responderam que não discordam ou concordam que a atualização do fluxo de caixa deve ocorrer semanalmente representando 6% das empresas. 136 proprietários responderam que discordam ou discordam totalmente em relação a pratica de atualização semanal do fluxo de caixa representando 90% das empresas. Quatro proprietários concordam ou concordam totalmente que a atualização do fluxo de caixa deve ocorrer quinzenalmente o que representa 3% das empresas pesquisadas, 15 proprietários responderam que não discordam ou concordam que a

atualização do fluxo de caixa deve ocorrer quinzenalmente representando 15% das empresas, 124 proprietários responderam que discordam ou discordam totalmente em relação a pratica de atualização quinzenal do fluxo de caixa representando 83% dos pesquisados. Já 111 proprietários concordam ou concordam totalmente que a atualização do fluxo de caixa deve ocorrer mensalmente o que representa 74% das empresas pesquisadas, 15 proprietários responderam que não discordam ou concordam que a atualização do fluxo de caixa deve ocorrer mensalmente representando 10% das empresas, 24 proprietários responderam que discordam ou discordam totalmente em relação a pratica de atualização mensal do fluxo de caixa representando 16% dos pesquisados.

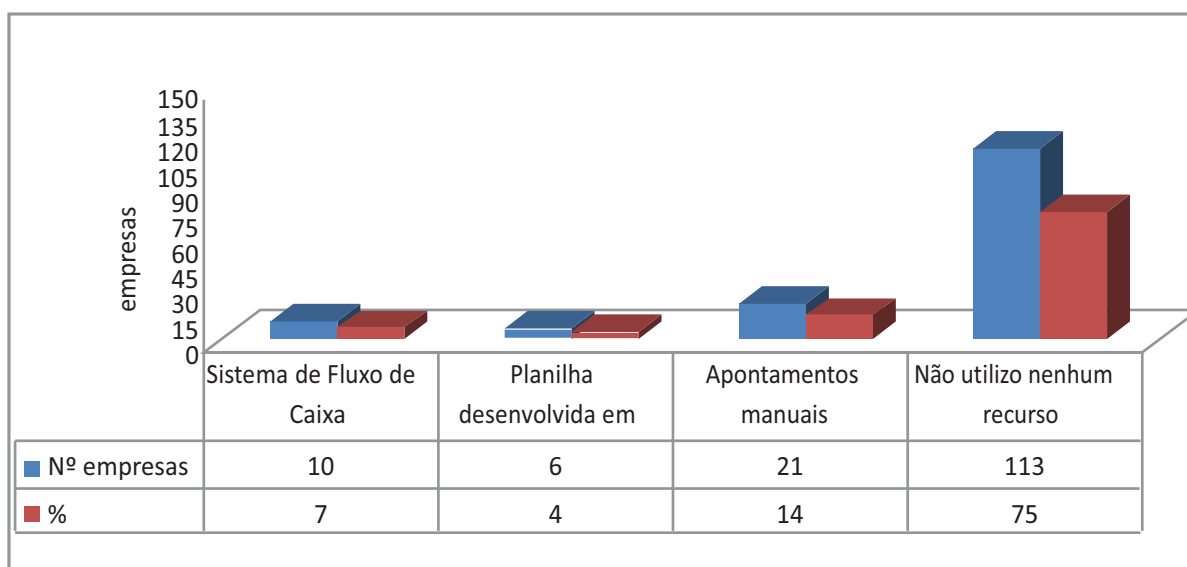


Gráfico 14: Você utiliza como ferramenta para elaborar o Fluxo de Caixa da empresa:

Fonte: a própria pesquisa (N=150)

Verifica-se que dez empresas o que representa 7% possui sistema para acompanhamento do FC, seis representando 4% utilizam uma planilha desenvolvida utilizando o recurso do Excel, 21 o que representa 14% realiza apontamentos manuais e 113 o que representa 75% não utiliza nenhum método de controle do FC.

Para Frezatti (1997b, p.42),

controle é um instrumento gerencial adequado que permite apoiar o processo decisório da organização. Sem ferramentas de controle, as atitudes administrativas são tomadas de modo empírico, o que muitas vezes não se traduz em resultados satisfatórios.

Desta forma constata-se que 134 empresas o que representa 89% não possuem nenhum controle desenvolvido para gerenciamento do FC, desta forma identifica-se juntamente com as repostas das tabelas 13 e 14 que a microempresa enfrenta dificuldades em manter e entender a necessidade do CG e a importância que o FC tem no controle e gestão das suas atividades, comprometendo assim o desempenho da gestão e capacidade que a empresa tem em gerar novos negócios, interferindo até mesmo na sustentabilidade da empresa.

Segundo Massing e outros (2006), estudo realizado com uma empresa compreendendo o período de maio de 2004 a novembro de 2005 de uma micro-empresa onde foi implantada uma planilha em Excel apresentou como resultado significativo já no primeiro mês tendo um caixa um superávit. Constata-se que poucas são as empresas que possuem algum tipo de controle, o que gera um desconforto na tomada de decisões podendo acarretar em perdas.

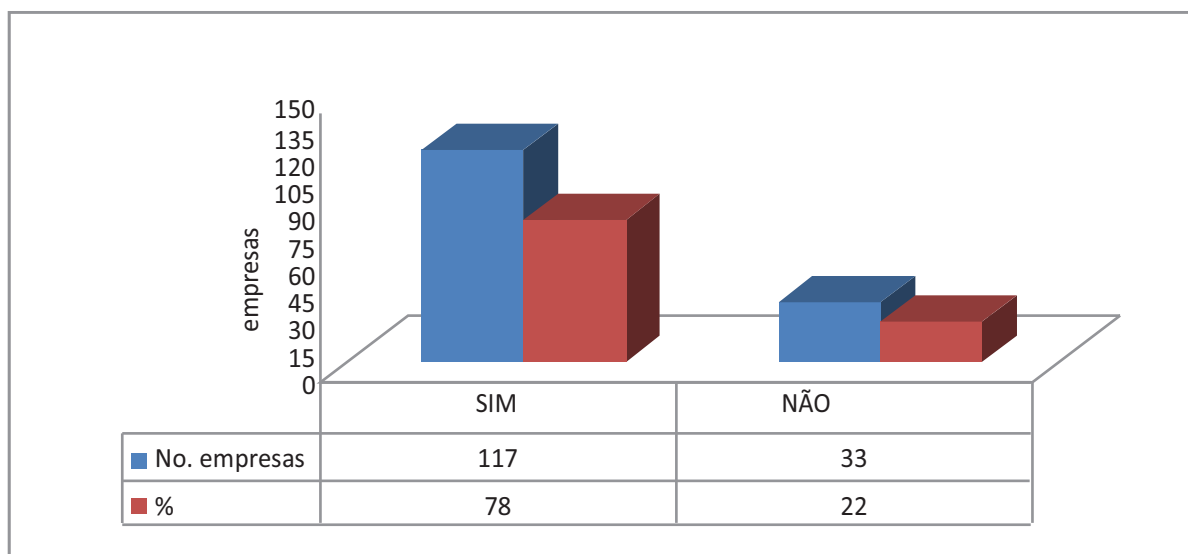


Gráfico 15: Sua empresa já realizou captação de recursos (empréstimo) em bancos ou *factoring*?

Fonte: a própria pesquisa (N=150)

Observando o gráfico 15 constata-se que 117, o que representa 78% das empresas já realizaram captação de recursos em bancos ou *factoring*, onde 33 o que representa 22% das empresas não realizaram captação de recursos.

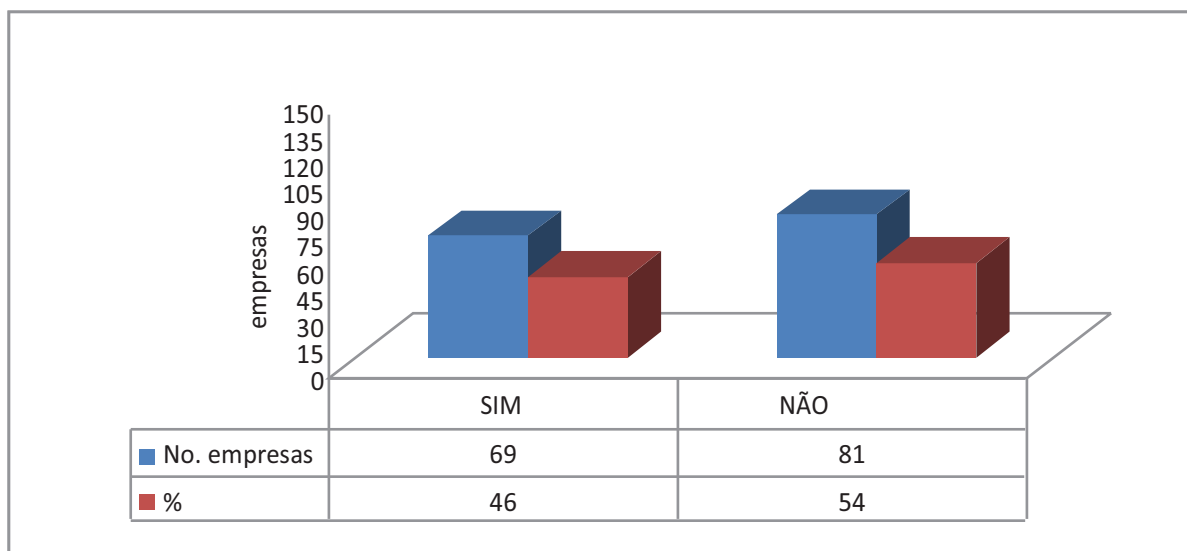


Gráfico 16: Sua empresa atualmente possui empréstimos com bancos?

Fonte: a própria pesquisa (N=150)

Verifica-se no gráfico 16 que 69 empresas pesquisadas possuem empréstimos realizados em bancos representando 46% empresas, já 81 o que representa 54% das empresas não possui empréstimo.

Já dados do SEBRAE (2010a), aponta a falta de capital de giro por parte da microempresa o que desencadeia a necessidade de realizar empréstimo, onde muitas vezes o mesmo dos como os principais problemas.

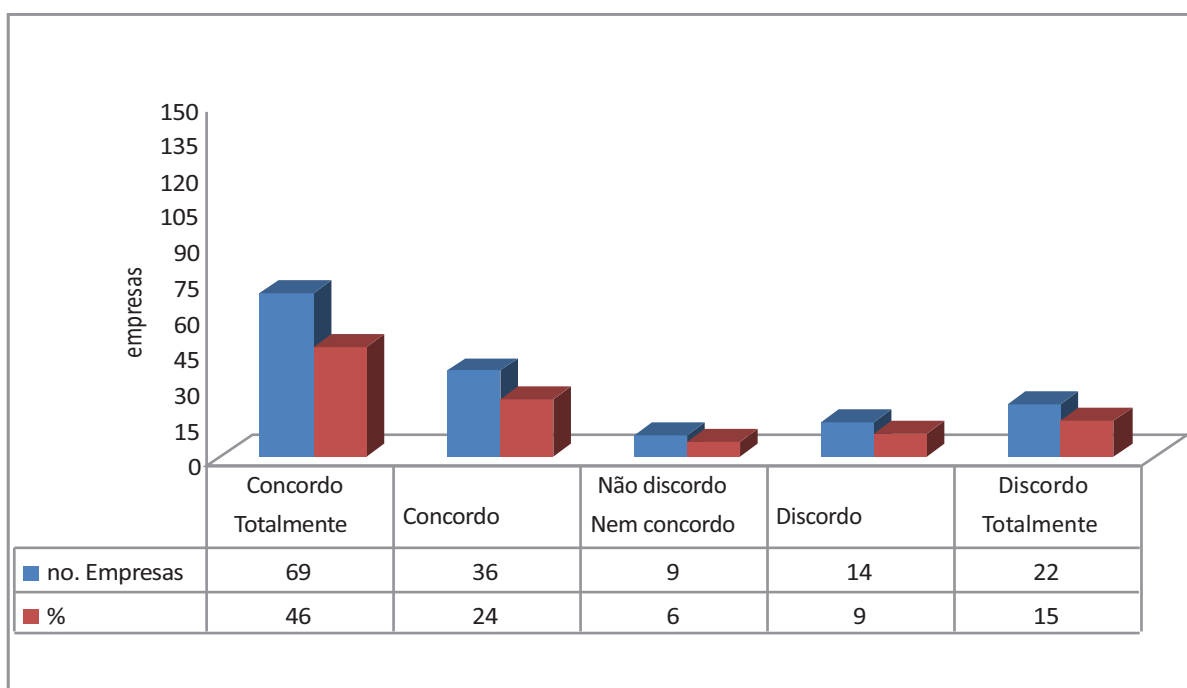


Gráfico 17: É importante a empresa realizar empréstimos para a manutenção de sua atividade.

Fonte: a própria pesquisa (N=150)

Nesta questão abordaram-se os gestores no quesito se para a manutenção das suas atividades a empresa deve realizar empréstimo, 105 o que representa 70% responderam concordo ou concordo totalmente, já nove o que representa 6% não discordam ou não concordam e 36 o que representa 24% das empresas discordam ou discordam totalmente.

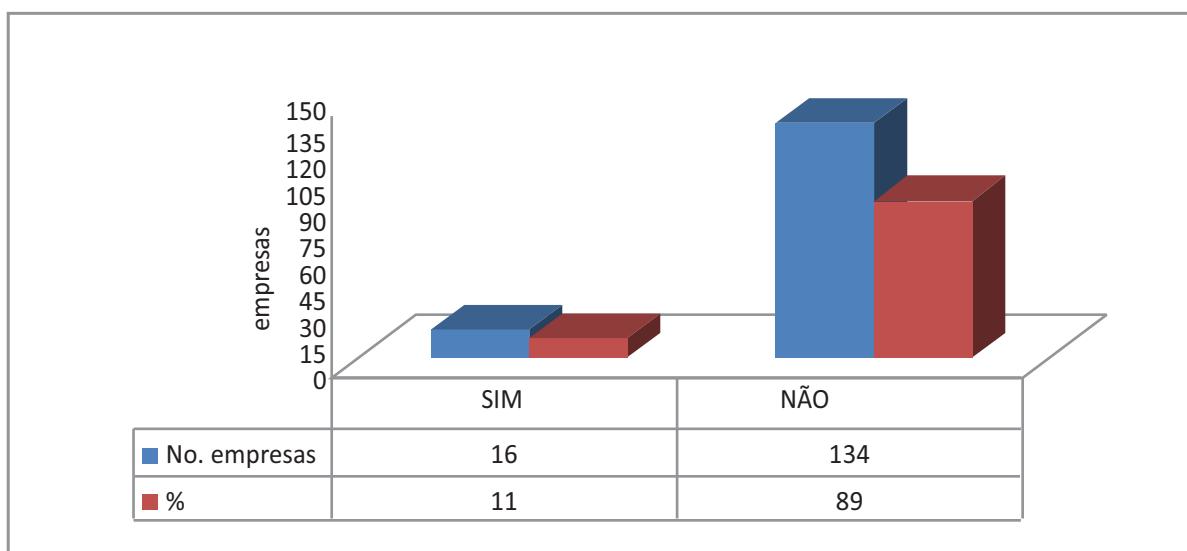


Gráfico 18: Sua empresa possui alguma modalidade de aplicação financeira em bancos?

Fonte: a própria pesquisa (N=150)

O gráfico 18 Nos mostra que dos 150 proprietários 16 o que representa 11% das empresas responderam que possuem aplicação financeira, já 134 o que representa 89% das empresas não possuem aplicação.

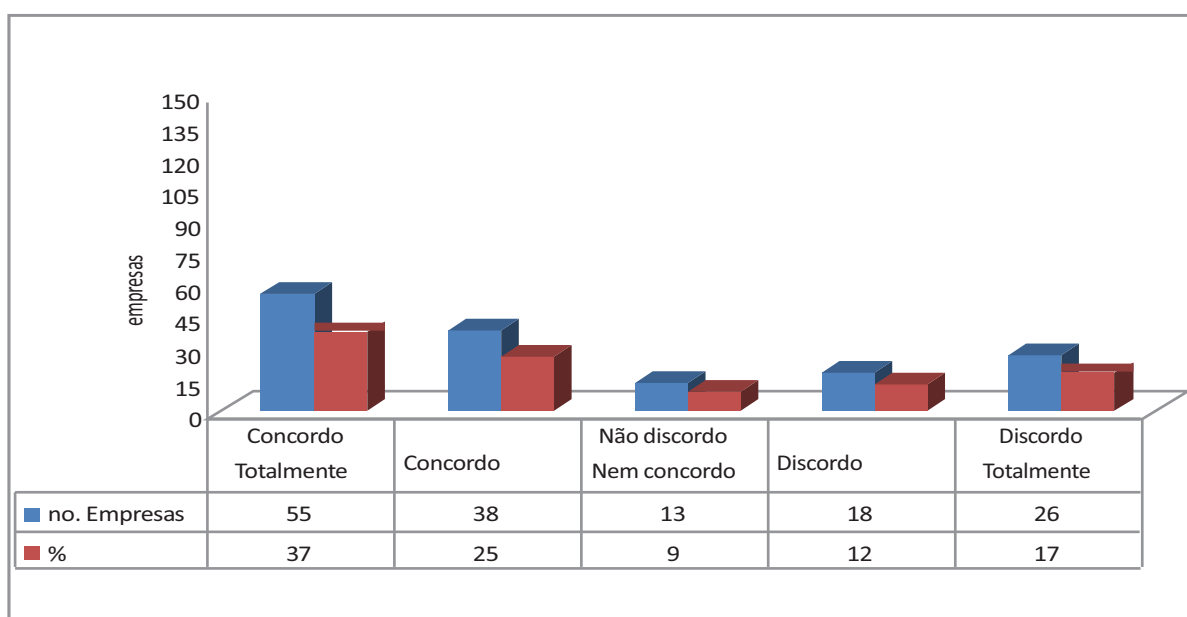


Gráfico 19: Para a empresa é importante ter aplicação financeira.

Fonte: a própria pesquisa (N=150)

Verifica-se no gráfico 19 que 93 proprietários, o que representa 62% das empresas concordam ou concordam totalmente quando se pergunta se é importante ter uma aplicação financeira, já 13 o que representa 9% não discordam ou não concordam e 44 o que representa 29% das empresas discordam ou discordam totalmente.

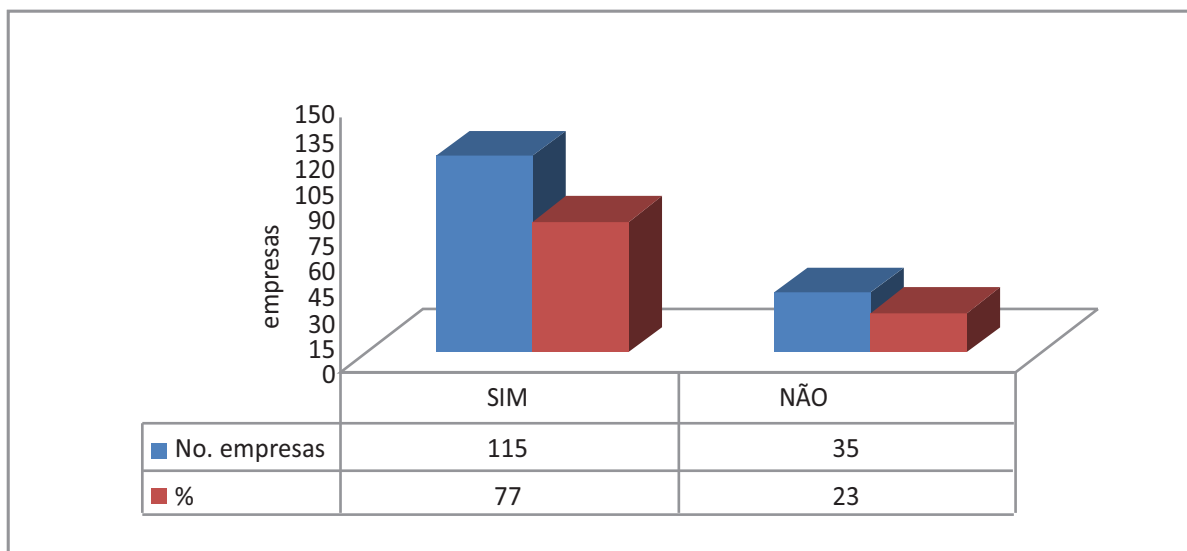


Gráfico 20: Você venderia um bem para cumprir obrigações da sua empresa?

Fonte: a própria pesquisa (N=150)

No gráfico 20 dos proprietários pesquisados 115 representam 77% respondeu que sim, venderiam um bem para cumprir obrigações da empresa, já 35 o que representa 23% das empresas respondeu não vender um bem para cumprir obrigações.

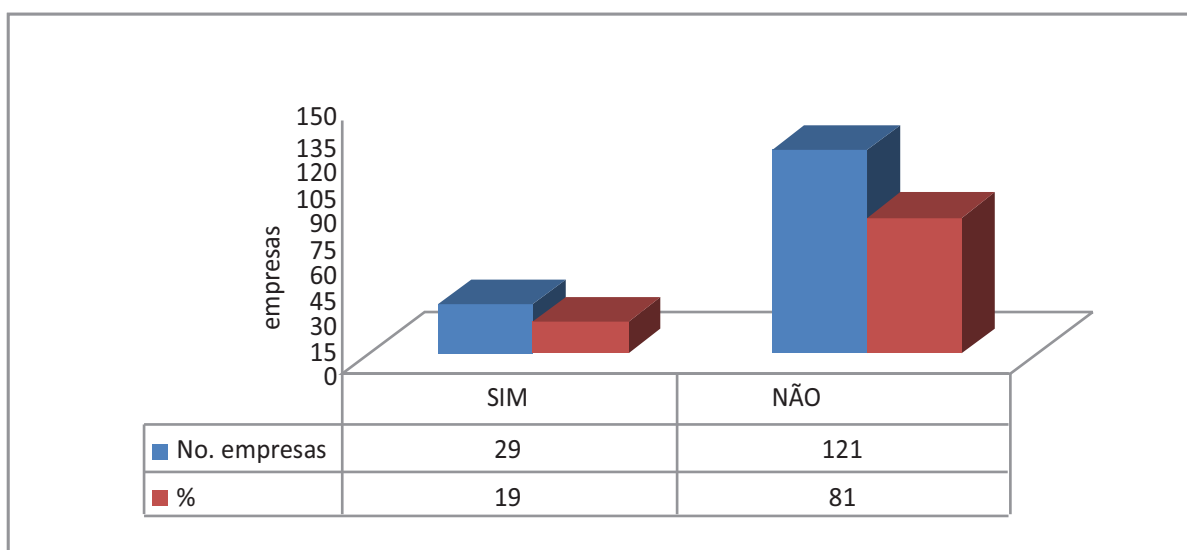


Gráfico 21: Está em nome da empresa a conta utilizada para realizar depósitos e pagamentos?

Fonte: a própria pesquisa (N=150)

Quando perguntado se a conta utilizada para pagamentos e recebimentos esta na pessoa jurídica 29 o que representa 19% das empresas disseram que sim, já 121 o que representa 81% das empresas responderam que a conta que movimentam esta na pessoa física.

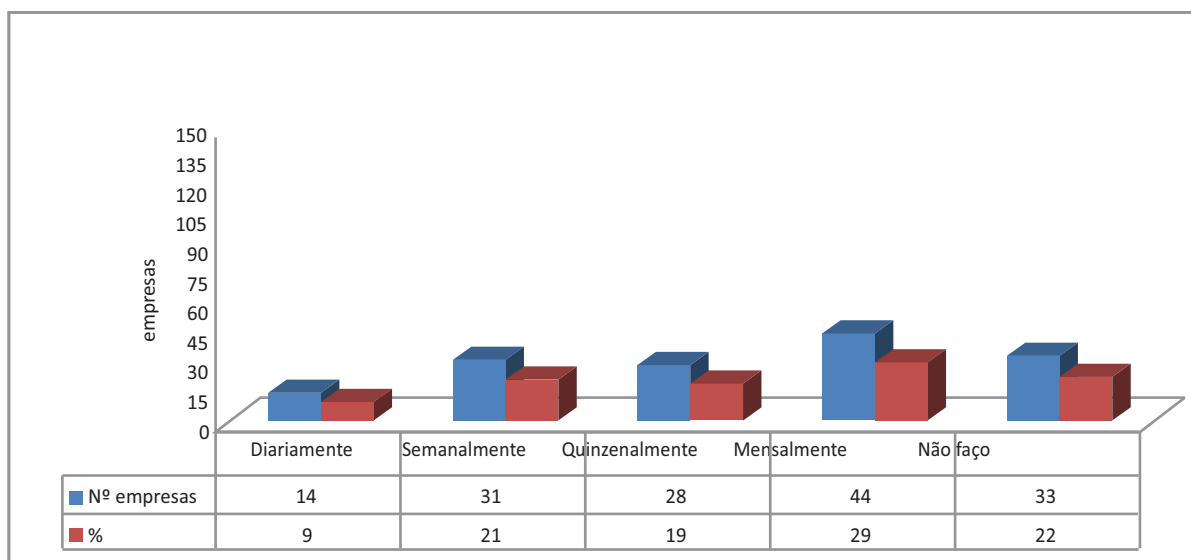


Gráfico 22: O controle da conta corrente é realizado:

Fonte: a própria pesquisa (N=150)

Os proprietários responderam quando perguntado a periodicidade com que controlam sua conta corrente obteve-se, 14 o que representa 9% dos proprietários que realizam diariamente o controle de sua conta corrente, 31 o que representa 21% dos gestores realizam semanalmente, vinte e oito o que representa 19% dos gestores realizam quinzenalmente, 44 o que representa 29% dos gestores fazem mensalmente e 33 o que representa 22% não realizam controle em suas contas.

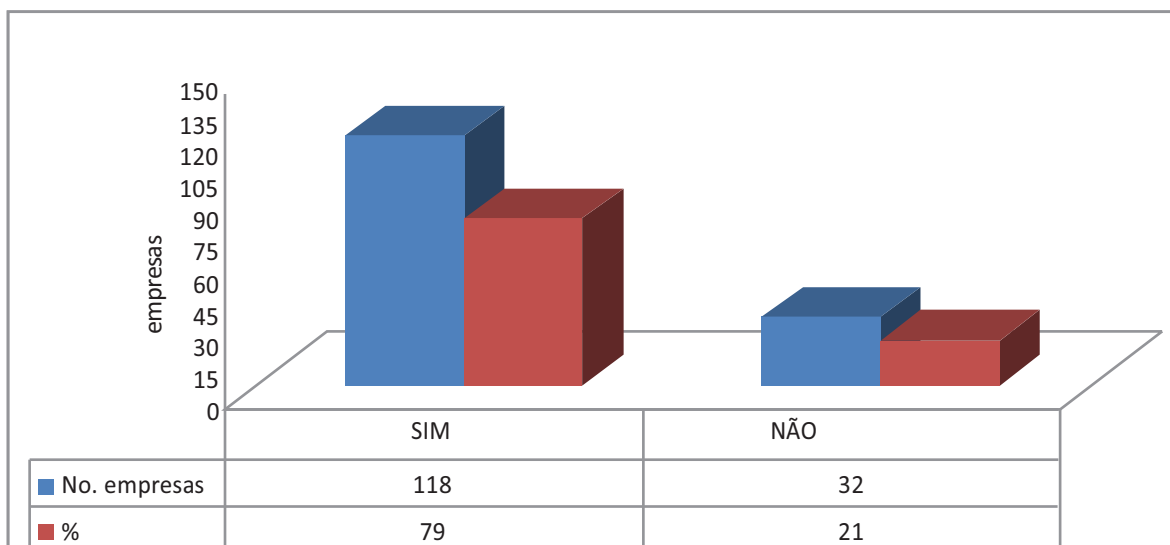


Gráfico 23: Você efetua retirada no caixa para pagar suas contas pessoais?

Fonte: a própria pesquisa (N=150)

Quando perguntado se os proprietários realizam retiradas para pagar contas pessoais 118 representando 79% responderam que sim, já 32 o que representa 21% respondeu não cometer tal prática.

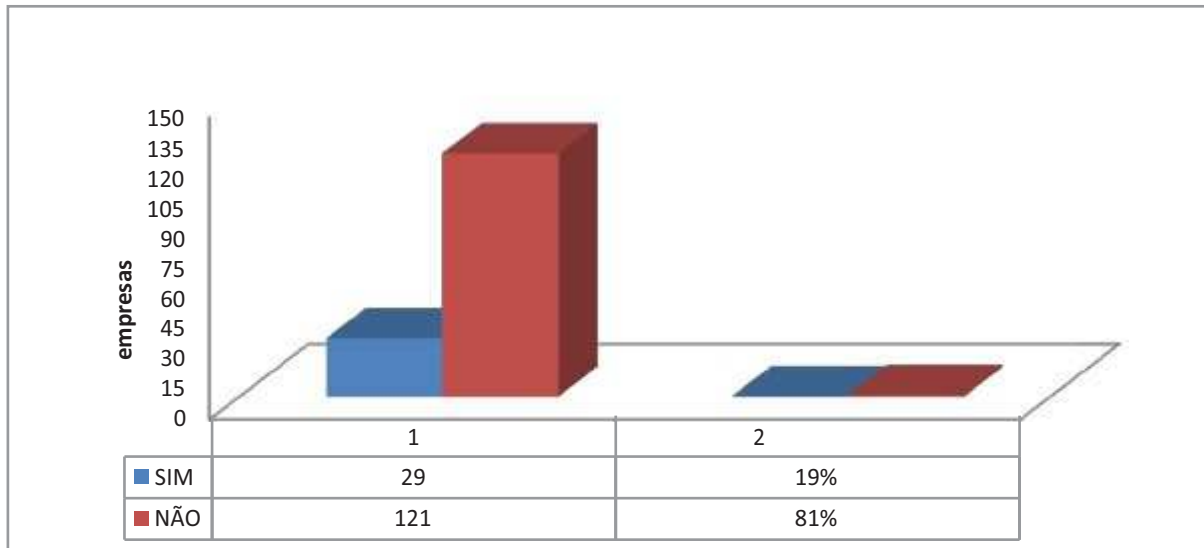


Gráfico 24: Está em nome da empresa (Pessoa Jurídica) a conta utilizada para realizar depósitos e pagamentos

Fonte: a própria pesquisa (N=150)

Quando perguntado se a conta bancária estava em nome da empresa, 29 proprietários o que representa 19% afirmaram ser pessoa jurídica a conta corrente da empresa, já 121 proprietários responderam que a conta corrente é pessoa física.

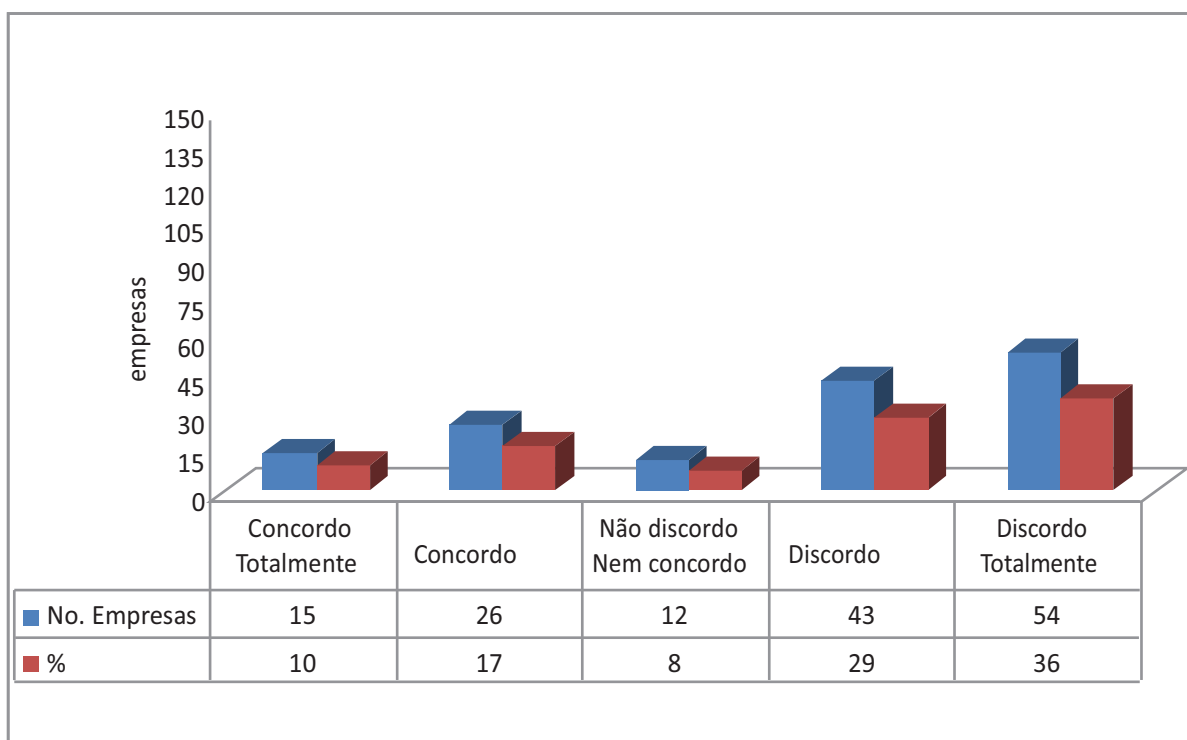


Gráfico 25: É importante o controle da conta corrente, para administrar a empresa.

Fonte: a própria pesquisa (N=150)

Em relação ao controle da conta corrente, quarenta e um representando 27% das empresas responderam que concordam ou concordam totalmente, que para a boa prática de administrar a empresa é necessário o controle de sua conta, já 12 o que representa 8% não discorda ou não concorda, 97 representando 65% discordam ou discordam totalmente que o controle da conta corrente não interfere na administração da empresa.

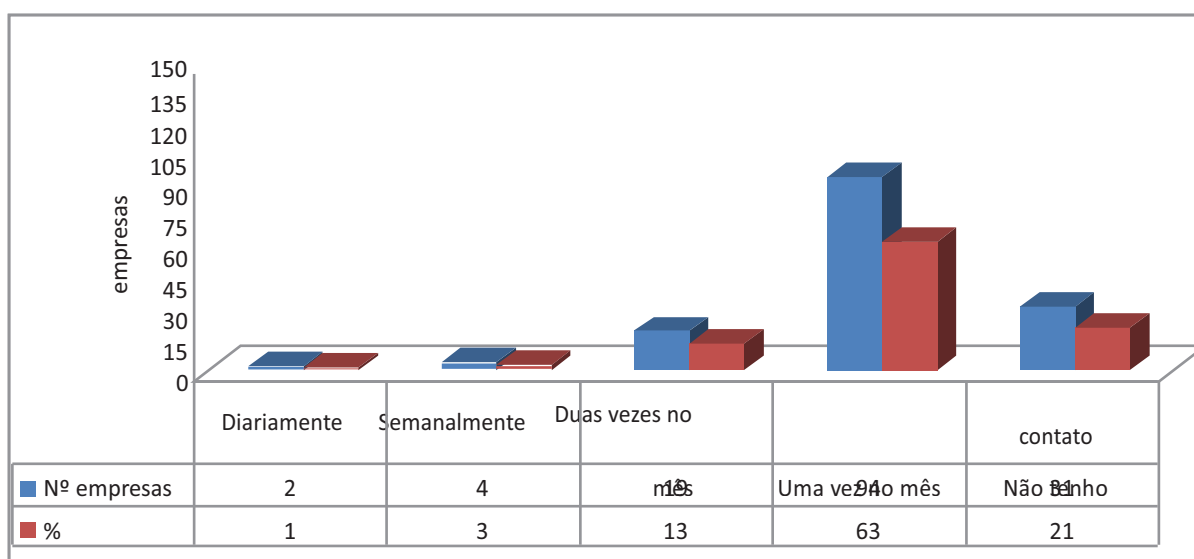


Gráfico 26: O seu contato com o escritório de contabilidade ocorre:

Fonte: a própria pesquisa (N=150)

Verifica-se um número pequeno de empresas que mantém contato com seus escritórios de contabilidade onde se observa que 125 o que representa 84% das empresas mantêm um único contato ou nenhum por mês, ao contrário das 25 empresas representando 17% que fazem contato até duas vezes no mês.

Desta forma não importa se a empresa esta configurada como micro, pequena ou de grande porte, ou seja, a definição da ciência será a mesma como Franco (1997, p. 21) define a contabilidade como forma de se expressar a valiosa contribuição com o processo de tomada de decisão. Nota-se que a relação entre o micro-empresário ocorre meramente em datas isoladas em função dos compromissos fiscais conforme gráfico 27 onde fica evidenciada essa prática com 88% das 150 micro-empresas, deixando assim que a contabilidade não exerça um de seus braços com a contabilidade gerencial.

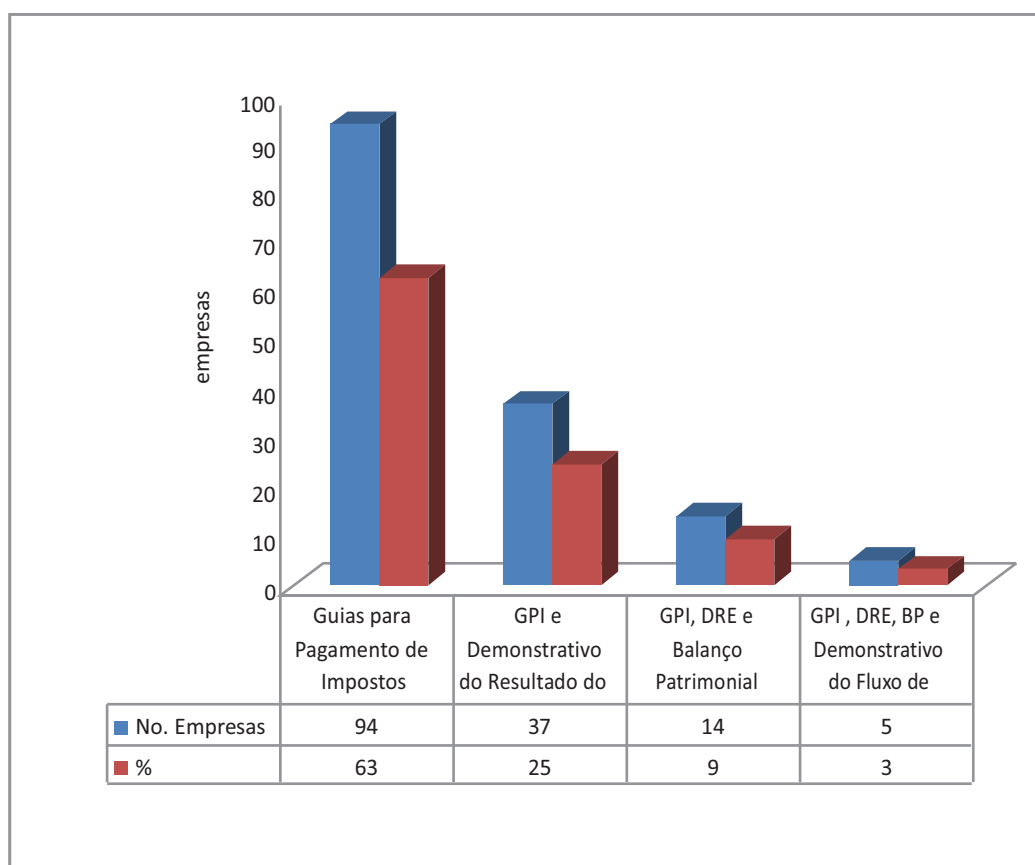


Gráfico 27: Quais são os documentos recebidos mensalmente do escritório de contabilidade.

Fonte: a própria pesquisa (N=150)

Observa-se que 94 empresas recebem mensalmente do escritório de contabilidade apenas as guias para recolhimento dos impostos representando 63% das empresas pesquisadas, já 37 o que representa 25% além das guias de impostos

recebe também o DRE, quatorze o que representa 9% recebem as guias de impostos, DRE e BP e por fim cinco empresas o que representa 3% da amostra recebem as guias de impostos, DRE, BP e DFC. Percebe-se que 12% das empresas recebem relatórios que colaboram para o desenvolvimento de estratégias que busquem a melhoria do desempenho das atividades das empresas.

Em função do observado na tabela 26 e 27 o proprietário da microempresa identifica o contador apenas como um elo entre a empresa e sua representação aos órgãos públicos, deixando de identificá-lo como um consultor que poderá auxiliá-lo em relação à implantação de sistemas de informação que poderão na geração de informações gerenciais que possam melhorar o desempenho da empresa.

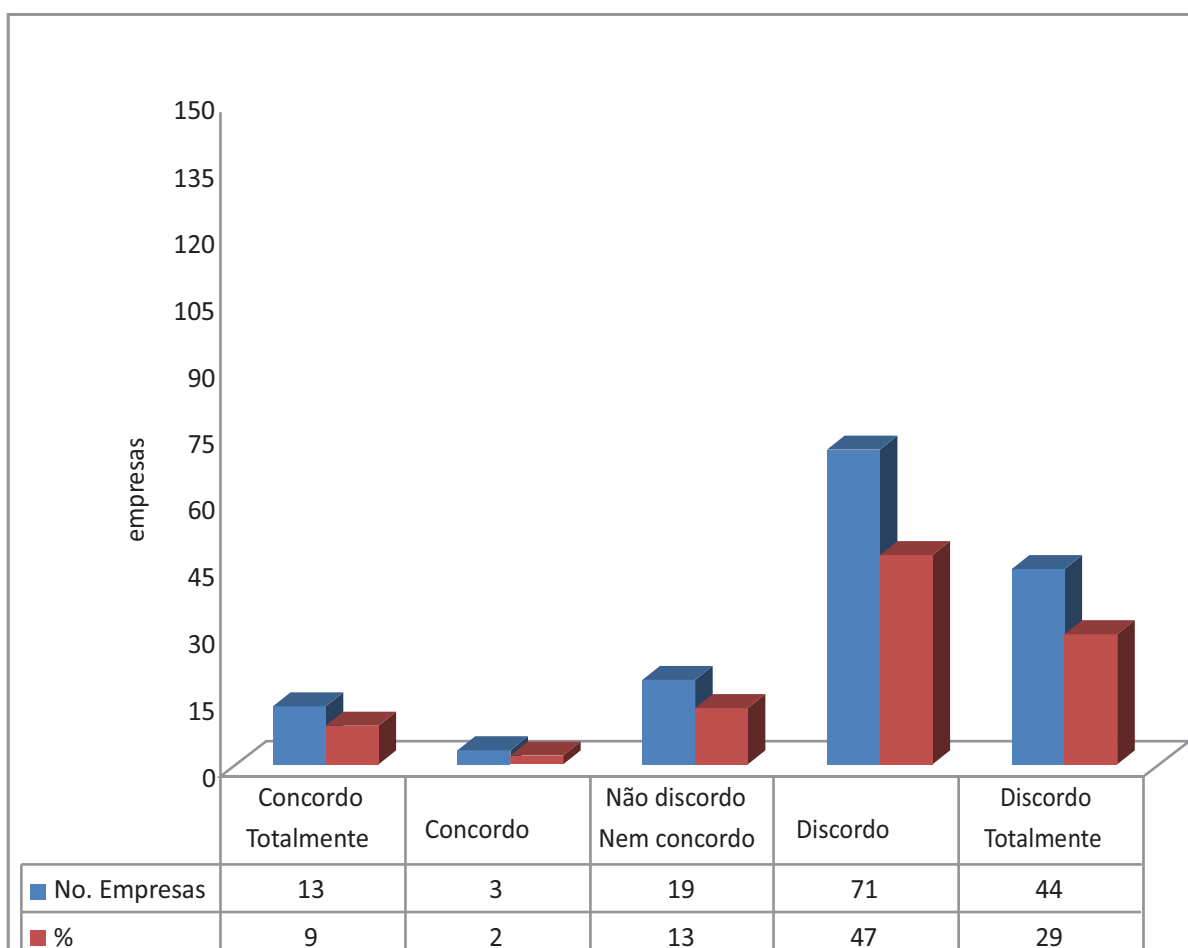


Gráfico 28: Para a empresa o Fluxo de caixa fornece informações que são utilizadas para planejar as entradas e saídas de caixa para os próximos meses.

Fonte: a própria pesquisa (N=150)

Quando afirmado que o FC fornece informações que contribuam para a projeção de fluxos de caixa futuros, 16 o que representa 11% dos gestores

respondeu que concordam ou concordam totalmente, 19 representando 13% não discordam ou não concordam, já 115 representando 76% dos gestores discordam ou discordam totalmente que as informações podem ser utilizadas para projeções futuras.

6.2 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO

Após realizada a análise descritiva buscou-se identificar a existência de correlações, onde optou-se pelo coeficiente de Correlação de Pearson, partindo da técnica da análise de covariância.

Segundo Barbetta (2005), “ A análise de covariância é uma medida estatística através da qual se chega ao coeficiente de correlação que mede o grau de associação linear entre duas variáveis aleatórias”, optando assim pela utilização do o SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 18.0, onde se considerou como significativo um valor de p bicaudal $< 0,05$.

Desta forma uma correlação pode ser considerada positiva ou negativa de -1 a 1, onde interpretamos como uma correlação, se igual a -1 podemos afirmar ser uma correlação perfeita negativa e se igual à zero, podemos afirmar que as variáveis não se correlacionam, se o valor apresentado for superior ou igual a 0,7 temos uma correlação forte, se assumir valor entre 0,30 e 0,70 temos uma correlação moderada e entre 0,00 e 0,30 identificamos uma correlação fraca.

Tabela 8 – Idade de 42 a 49 anos

		Segundo Grau Ensino Médio	Comércio	Motivo Dificuldade em se Realocar no Mercado de Trabalho	A empresa tem até 2 anos
idade 42 a 49	Pearson Correlation	0,795	0,898	0,735	0,631
	Sig. (2-tailed)	0,000	0,000	0,000	0,000

Fonte: SPSS dados da pesquisa

Ao analisarmos a tabela 8 encontramos uma correlação média significativa entre a variável idade que apresentou forte correlação positiva com o nível de instrução de segundo grau do proprietário, sua opção pelo comércio, motivo que o levou a montar seu próprio negócio dificuldade em se realocar no mercado de trabalho e correlação moderada para a empresa tem até dois anos de atividade comercial.

Desta forma este conjunto de correlações aponta que o proprietário antes de empreender em seu negócio, buscava uma realocação no mercado de trabalho e pela dificuldade sua opção foi optar em montar um comércio, ressalta-se ainda a sua escolaridade no ensino médio e idade compreendida entre 42 anos ou mais até 49.

Tabela 9 – Comércio

		Idade 42 a 49	Segundo Grau Ensino Médio	Motivo Dificuldade em se Realocar no Mercado de Trabalho
Comércio	Pearson Correlation	0,883	0,934	0,802
	Sig. (2-tailed)	0,000	0,000	0,000

Fonte: SPSS dados da pesquisa

Já na tabela 9 correlação apresentou forte correlação positiva tendo como parâmetro idade, formação e dificuldade na realocação no mercado de trabalho com a variável segmento escolhido para constituição da empresa.

Tabela 10 – Empresa tem até 2 anos de atividade

		Segundo Grau	Comércio	Motivo Dificuldade em se Realocar no Mercado de Trabalho	Utilizaçã o do Fluxo de Caixa Mensal mente	Utiliza Controle de Fluxo de Caixa Manual	Faz Empréstimos	Vende um bem para Financiar sua Atividade	Realiza o Controle da Conta Corrente semanal mente
A empresa tem até 2 anos	Pearson Correlation	0,811	0,770	0,761	0,532	0,812	0,914	0,728	0,746
	Sig. (2-tailed)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

Fonte: SPSS dados da pesquisa

Apresenta-se na tabela 10, a variável empresa com até 2 anos de atividade com forte correlação com segundo grau e sua permanência no comércio, moderada correlação com a utilização mensal do fluxo de caixa e forte correlação com dificuldade na realocação no mercado de trabalho, venda de um bem para financiar sua atividade e controle semanal da conta corrente, utilização de fluxo de caixa manual e realização de empréstimos.

Verifica-se que as correlações indicam que o proprietário que possui uma empresa com até dois anos de atividade enfrenta dificuldade na gestão, realizando empréstimos e vendo um bem para financiar suas obrigações, este se utiliza do fluxo de caixa mensalmente para controlar sua atividade, tendo o mesmo nível de escolaridade de segundo grau, atuando o mesmo no comércio.

Tabela 11 – Empresa tem acima de 2 até 7 anos

		Faz Empréstimos
A empresa tem acima de 2 até 7 anos	Pearson Correlation	0,709
	Sig. (2-tailed)	0,000

Fonte: SPSS dados da pesquisa

Já na tabela 11 verifica-se uma forte correlação com a variável proprietários que possuem suas empresas em atividade acima de 2 anos até 7 anos com a realização de empréstimos para manter suas atividades.

Tabela 12 – Empresa tem acima de 7 anos

		Imóvel Próprio	Conhece o Fluxo de Caixa	Utiliza o Fluxo de Caixa	Utiliza o Fluxo de Caixa Diariamente	Utiliza Sistema Especifico para Utilização do Fluxo de Caixa
A empresa tem acima de 7 anos	Pearson Correlation	0,748	0,794	0,733	0,714	0,705
	Sig. (2-tailed)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

Fonte: SPSS dados da pesquisa

Na tabela 12 a variável a empresa tem acima de 7 anos de atividade, apresenta forte correlação com proprietários de empresas que possuem imóvel próprio, que conhecem e utilizam um sistema específico de fluxo de caixa diariamente.

Tabela 13 – Imóvel próprio

		A empresa tem acima de 7 anos	Conhece Fluxo de Caixa	Utiliza o Fluxo de Caixa	Utiliza o Fluxo de Caixa Diariamente	Utiliza Sistema Especifico para Utilização do Fluxo de Caixa
Imóvel Próprio	Pearson Correlation	0,521	0,563	0,563	0,529	0,488
	Sig. (2-tailed)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

Fonte: SPSS dados da pesquisa

Já na tabela 13 a variável imóvel próprio apresenta moderada correlação com o proprietário que tem sua empresa acima de 7 anos e conhecem e utilizam um sistema específico de fluxo de caixa diariamente.

Tabela 14 – Conhece fluxo de caixa

		Imóvel Próprio	Utiliza o Fluxo de Caixa Diariamente	Utiliza Sistema Especifico para Utilização do Fluxo de Caixa	Utiliza o Excel para acompanhar o Fluxo de Caixa
Conhece Fluxo de Caixa	Pearson Correlation	0,563	0,932	0,748	0,464
	Sig. (2-tailed)	0,000	0,000	0,000	0,000

Fonte: SPSS dados da pesquisa

Na tabela 14 verifica-se que a variável conhece o fluxo de caixa apresenta uma moderada correlação com proprietários que possuem imóvel próprio e utilizam o Excel para acompanhar o fluxo de caixa, porém apresenta uma forte correlação para quem utiliza usa um sistema específico e utilização do fluxo de caixa diariamente.

Esse conjunto de correlações aponta que, em média, os empresários que conhecem o fluxo de caixa, utilizam-no diariamente e de maneira mais comum um software específico e menos comumente o Excel.

Tabela 15 – Utiliza diariamente o fluxo de caixa

		A empresa tem acima de 7 anos	Imóvel Próprio	Conhece Fluxo de Caixa	Utiliza o Fluxo de Caixa	Utiliza Sistema Especifico para Utilização do Fluxo de Caixa	Utiliza o Excel para acompanhar o Fluxo de Caixa
Utiliza Diariamente o Fluxo de Caixa	Pearson Correlation	0,477	0,529	0,932	0,932	0,802	0,499
	Sig. (2-tailed)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

Fonte: SPSS dados da pesquisa

Na tabela 15 apresenta uma moderada correlação com a variável utiliza diariamente o fluxo de caixa e possui a empresa acima de 7 anos, possui imóvel próprio e utiliza o Excel para acompanhar o fluxo de caixa, e uma forte correlação para quem conhece o fluxo de caixa utiliza diariamente.

Tabela 16 – Utiliza diariamente o fluxo de caixa

		Controla a Conta Corrente Diariamente
Utiliza Quinzenalmente o Fluxo de Caixa	Pearson Correlation	0,445
	Sig. (2-tailed)	0,000

Fonte: SPSS dados da pesquisa

Na tabela 16 apresenta moderada correlação com a variável utiliza quinzenalmente o fluxo de caixa e quem controla diariamente a conta corrente.

Tabela 17 – Utiliza sistema específico para utilização do fluxo de caixa

		A empresa tem acima de 7 anos	Imóvel Próprio	Conhece Fluxo de Caixa	Utiliza o Fluxo de Caixa	Utiliza o Fluxo de Caixa Diariamente
Utiliza Sistema Especifico para Utilização do Fluxo de Caixa	Pearson Correlation	0,495	0,488	0,748	0,748	0,802
	Sig. (2-tailed)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

Fonte: SPSS dados da pesquisa

Verifica-se que na tabela 17 que a variável utiliza sistema específico para o fluxo de caixa tem média correlação com quem tem empresa acima de 7 anos e imóvel próprio, forte correlação com quem conhece e utiliza o fluxo de caixa e muito forte correlação para sua utilização diariamente.

Tabela 18 – Utiliza Excel para acompanhar o fluxo de caixa

		Conhece Fluxo de Caixa	Utiliza o Fluxo de Caixa	Utiliza o Fluxo de Caixa Diariamente
Utiliza o Excel para acompanhar o Fluxo de Caixa	Pearson Correlation	0,464	0,464	0,499
	Sig. (2-tailed)	0,000	0,000	0,000

Fonte: SPSS dados da pesquisa

Na tabela 18 a variável utiliza o Excel para acompanhar o fluxo de caixa apresenta moderada correlação com quem conhece e utiliza diariamente o fluxo de caixa.

Tabela 19 – Vende um bem para financiar sua atividade

		A empresa tem até 2 anos
Vende um bem para Financiar sua Atividade	Pearson Correlation	0,831
	Sig. (2-tailed)	0,000

Fonte: SPSS dados da pesquisa

Já na tabela 19 a variável venda de um bem para financiar sua atividade apresenta forte correlação com quem tem empresa com até 2 anos de atividade.

CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante de um mercado altamente competitivo, as empresas precisam de informações e respostas rápidas que possam auxiliar na tomada de decisões. Desta forma podemos classificar o fluxo de caixa como uma importante ferramenta para o planejamento estratégico, visando à previsão de sobras de caixa assim como a dificuldade da geração de caixa, implicando assim em rápida ação de captação de recursos no curto e longo prazo.

Quanto aos objetivos propostos nesta pesquisa, buscou-se identificar o perfil dos microempresários da cidade de Santos, bem como, verificar a utilização do fluxo de caixa como ferramenta gerencial.

Os resultados observados podem ser significativos, gerando assim oportunidades que levem a realização de outras pesquisas científicas.

Pode-se observar que empresas com até dois anos de atividade utilizam o controle de fluxo de caixa manual e com frequência mensal, essas empresas se valem de empréstimos para arcar com seus compromissos ou quando não vendem seus bens para tal finalidade. Seus proprietários possuem nível de escolaridade situado no segundo grau e o motivo que os levaram a montar uma empresa foi à dificuldade em recolocar-se no mercado de trabalho, vez que, possuem idade situada entre 42 e 49 anos.

É evidenciado também que empresas que estão em atividade há mais de sete anos, geralmente possuem imóvel próprio, conhecem e utilizam diariamente o fluxo de caixa com sistemas específicos, onde em algumas situações utilizam o Excel para acompanhar o fluxo de entradas e saídas de caixa. Já 81% das empresas pesquisadas utilizam conta corrente pessoa física no dia-a-dia para entradas e saídas de caixa, ou seja, não existe separação das contas, contrariando assim o chamado princípio da entidade, onde não se deve confundir o patrimônio da empresa como o de seu proprietário e ou sócios, observa-se em 77% dos respondentes que afirmaram vender um bem para arcar com suas obrigações, 78% que afirmaram que já realizaram empréstimos e 75% dos respondentes

responderam não utilizar nenhum recurso para elaboração do fluxo de caixa, já 84% dos proprietários só contatam o escritório de contabilidade uma vez por mês, tendo como finalidade apenas o recebimento das guias para recolhimento dos impostos e 77% dos proprietários discordam ou discordam totalmente que o fluxo de caixa possa ser utilizado para o planejamento das entradas e saídas de caixa para meses subsequentes.

Constatou-se também empresas em atividade acima de 7 anos reconhecem a importância da utilização do fluxo de caixa, onde, além de utilizarem possuem um sistema específico o que evidencia que o fluxo de caixa é uma ferramenta muito importante na gestão empresarial, proporcionando solidez e liquidez às empresas tornando-as mais competitivas em uma economia globalizada, exigindo da empresa flexibilidade e ações rápidas diante das transformações que ocorrem na economia mundial.

Ao finalizar esta pesquisa com base na análise das correlações entre as variáveis relevantes, percebem-se evidências significativas, o que nos mostra que os objetivos geral e específicos propostos inicialmente traçados nesta pesquisa foram alcançados, tendo em vista a revisão de literatura e a análise da pesquisa realizada nas 150 microempresas da cidade de Santos.

Ao final de uma pesquisa surgem sugestões e recomendações para pesquisas complementares. Diante da limitação da presente pesquisa, quanto ao fato de não se obter frente aos órgãos municipais, estaduais e federais o número exato das microempresas da cidade de Santos, utilizou-se uma amostra não probabilística o que impede que os resultados observados possam ser generalizados para o universo das microempresas.

Desta forma recomenda-se para futuras pesquisas científicas desta natureza para completar e melhorar o entendimento deste estudo, que:

- Seja conhecido o universo das empresas;
- Escolha de um determinado setor de atividade;
- Estenda para outras cidades;
- Comparar os resultados aqui apresentados com estudos futuros.

VI. REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do capital de giro**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Administração do capital de giro**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BARBETTA, P.A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. Florianópolis:Ed. Da UFSC,1998.

BERTI, Anélio. **Análise do capital de giro – teoria e prática**. São Paulo: Ícone, 1999.

BLATT, Adriano. Análise de Balanços. **Estruturação e Avaliação das Demonstrações Financeiras e Contábeis**. São Paulo: MAKRON Books, 2001.

BODIE, Zvi, MERTON, Robert C.; trad. James Sudelland Cook. **Finanças**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

BRAGA, Gilberto. **Fundamentos e Técnicas de Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 1989.

BRASIL, Ministério da Fazenda Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. **Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da empresa de Pequeno Porte**. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Leis/complementares/2006/leicp123.htm> Acesso em: 13 out. 2010.

BNDES, **Banco Nacional de Desenvolvimento Social** < Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Navegacao_Suplementar/Perfil/Grande_Empresa/index.html >.Acesso em: 10 jan. 2011.

CARDOSO, Douglas. **O uso da simulação de Monte Carlo na elaboração do fluxo de caixa empresarial: Uma proposta para quantificação das incertezas ambientais, 2002**<Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2000_E0159.PDF.> Acesso em: 28 de Mar. de 2010.

CAMPOS FILHO, Ademar. Demonstração dos fluxos de caixa: **Uma ferramenta indispensável para administrar uma empresa**. São Paulo: Atlas. 2ª ed,1999.

DIEESE, **Nota Técnica** no. 92 de Outubro de 2010. <Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec92IMO.pdf>. > Acesso em 10 de Jan. de 2011.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários gerentes de pequenos negócios. **Revista de Administração de empresas da Universidade de São Paulo**. São Paulo, v.34, p. 05-28, abril/jun. 1999.

FLEURIET, Michael , KEHDY, Ricardo, BLANC, Georges. **A dinâmica financeira das empresas brasileiras** – um novo método de análise, orçamento e planejamento financeiro. Belo Horizonte: Fundação Dom Cabral, 1978.

FREZATTI, Fábio. **Gestão do fluxo de caixa diário**, São Paulo: Atlas, 1997.

_____. **Orçamento empresarial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FRANCO, H. **Contabilidade Comercial**. São Paulo: Atlas, 1997.

GAZZONI, E. Inez. **Fluxo de caixa: ferramenta de controle para a pequena empresa**. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção da UFSC, 2003.
<Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PEPS3578.pdf>. > Acesso em 10 de mar. de 2010.

GEM - Global Entrepreneurship Monitor – Global Report 2009. < Disponível em: http://s3.amazonaws.com/files.posterous.com/temp-2010-12-02/aHjpeoEEtIHacHljndslCsvllakHcvmBpuuHfevuaJsIDmjgkoDrgaqwwnJm/GEM_Global_2009_Report.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJFZAE65UYRT34AOQ&Expires=1317866012&Signature=dfi%2BCD5rLu%2BvfXODV1bKDQp3yK0%3D> Acesso em 11 de ago. de 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da Administração Financeira**. São Paulo: Habra, 1997.

_____. **Princípios da Administração Financeira**. São Paulo: Habra, 2002.

HENDRIKSEN, E. S. **Teoria de Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

HIGUCHI, Hiromi, Celso Hiroyuki. **Imposto de renda das empresas: interpretação e prática**. 28 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira – Uma Abordagem Prática**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

HOOLEY, G. J.; SAUNDERS, J. A.; PIERCY, N. F. **Estratégia de marketing e posicionamento competitivo**. 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2008** < Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1780&id_pagina=1.> Acesso em 11 de abr. de 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2009** < Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=354850> > Acesso em 11 de abr. de 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010** < Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=354850> > Acesso em 10 de jan. de 2011

IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores. **Normas internacionais de contabilidade**. São Paulo: IBRACON/CFC, 1998.

IUDÍCIBUS,; MARTINS, Eliseo; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contaabilidade das sociedades por ações: aplicável também às demais sociedades**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

JOÃO, Belmiro do Nascimento. **CLUSTERS MARÍTIMO-PORTUÁRIO: UM DIAGNÓSTICO INICIAL DO CLUSTER DE PETRÓLEO E GÁS NA MICRO REGIÃO DE SANTOS**. Santos: eGesta - Revista Eletrônica de Gestão de Negócios, 2008.

KASSAI, S. **As Empresas de Pequeno Porte e a Contabilidade**. São Paulo: FEA/USP, 1997.

KAST, Fremont E., ROSENZWEIG, James E. **Organization and Management: a systems Approach**, Nova York, McGraw-Hill, 1976.

KAUFMANN, L. **Passaporte para o ano 2000**: como desenvolver e explorar a capacidade empreendedora para crescer com sucesso até o ano 2000. São Paulo: McGraw-Hill, 1990.

KRIECK, Manfredo e TONTINI, Gérson. **Qualidade da gestão da micro e pequena empresa como fator chave para a sua sobrevivência**. Revista de Negócios, v.4, n.1, jan/mar., 1999.

KINTZELE, Philip L. **Implementing SFAS 95, Statement of Cash Flows**. The CPA Journal, 1990.

KRISHNAN, Gopal V., LARGAY III, James A. **The Predictive Ability of Direct Method Cash Flow Information**. Journal of Business Finance & Accounting, 27 Janury/March 2000.

LACORTE, Edson. **A microempresa e a empresa de pequeno porte no Direito brasileiro, 2000**. Disponível em: <http://franca.unesp.br/artigo/Edson.pdf>. Acesso em 20/ 05/ 2010.

LEITE, Francisco Tarciso. Metodologia Científica: **métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros** – Aparecida, São Paulo: Idéias & Letras, 2008.

MALHOTRA, N.K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 4ª Ed. São Paulo: Bookman, 2006.

MASSING, Jacson; CUNHA, Jader Tomazetti da; ZAMBERLAN, Carlos Otávio; PASQUALI, Isis Samara Ruchel; ABICHT, Alexandre de Melo. **Planilha eletrônica de fluxo de caixa**. Bauru: VIII SIMPEPI, 2006.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de Marketing**. Vol. 1 e 2. São Paulo: Atlas, 2001.

MARQUES, Adriano Ventura. **Planejamento e controle financeiro nas micro e pequenas empresas visando à continuidade e à sustentabilidade**. 57 p. Dissertação de Mestrado em Gestão de Negócios. Universidade Católica de Santos - UNISANTOS. São Paulo, 2008.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARQUES, Adriano Ventura. **Planejamento e controle financeiro nas micro e pequenas empresas visando à continuidade e à sustentabilidade**. Dissertação de Mestrado em Gestão de Negócios. Universidade Católica de Santos - UNISANTOS. São Paulo, 2008.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MONTEIRO, Andréa Alves Silveira. Os **Fluxo de Caixa e Capital de Giro: Um adaptação do modelo de Fleuriet**. Dissertação(Mestrado em Ciências Contábeis). Faculdade de Administração e Finanças – UERJ. Rio de Janeiro, 2002. <Disponível em: <http://portalebb.br.tripod.com/sitebuildercontent/sitebuilderfiles/flcxcgiro.pdf>.> Acesso em: 15 de mar. de 2010.

MORANTE, Antônio Salvador. **Alavancagem financeira e Ponto de Equilíbrio**. Disponível em: <http://www.novosolhos.com.br/e-learning/2002-05-03-edf/morante-edf-09.pdf>. Acesso em 17 de Mar. de 2010.

PIETRO, Horácio López. **Um modelo contábil globalizador: Um modelo de valores econômico-contábil**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília - DF, ano 25, nº 100, p. 68-77, jul/ago,1997. < Disponível em www.alfinal.com/brasil/contabilista.shtml - 64k. Acesso em 17 de mar. de 2010.

PREFEITURA DA CIDADE DE SANTOS. **Orçamento municipal para o exercício 2011**. < Disponível em: http://www.camarasantos.sp.gov.br/noticia.asp?codigo=1191&abandona=sim&COD_MENU=158 > Acesso em: 20 de jan de 2011.

RECEITA FEDERAL. **Cálculo e o recolhimento dos impostos e contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições (Simples Nacional)** < Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/resolucao/2008/cgsn/resol51.htm> > Acesso em: 25 de Nov. de 2010.

ROSS, S. A., WESTERFIELD, R. W., JAFFE, J. F. **Administração Financeira**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SÁ, Carlos Alexandre de. **Gerenciamento do fluxo de Caixa**. Apostila. São Paulo: Top eventos, 1998.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de administração e finanças**. São Paulo: Best Seller, 2000.

SANTIAGO, A. C. Q. et al. **Marketing estratégico**: abordagem em marketing financeiro, gestão competitiva e planejamento estratégico. São Paulo: DVS, 2004.

SANTOS, E. Oliveira dos. **Administração financeira da pequena e média empresa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SANVICENTE, Antônio Zoratto. **Administração financeira**. Atlas, São Paulo: 1997.

SEBRAE, **Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa**: 2009. 3ª Ed. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Org.); Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (responsável pela elaboração da pesquisa, dos textos, tabelas e gráficos). – Brasília; São Paulo: SEBRAE; DIEESE, 2010a.

_____, **Mortalidade das empresas**.< Disponível em: http://www2.sebraesp.com.br/conhecendo_mpe/mortalidade> Acesso em: 20 de abr de 2010b.

_____, **Critérios de classificação de empresas – ME – EPP**. <http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4154>> Acesso em: 20 de abr de 2010c.

_____, **Boletim estatístico de micro e pequenas empresas**. 2010. Disponível em <HTTP://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 01/04/2010d.

SECURATO, José Roberto. **Gerenciando o risco de curva de juros através de um modelo de Hedge de dois fatores: Aplicação para a rentabilidade brasileira**.2003 <Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/dspace/handle/10438/1250>> Acesso em: 14 de mar de 2010.

SELL, Graciele Kieser. **Uma sistemática para inserir a contabilidade gerencial no processo decisório nas pequenas e médias empresas: um estudo de caso**. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em [www.humbertorosa.com.br/.../ Contabilidade_Gerencial...Pequenas_e_Medias_Empresas/Menu_Contabilidade_...](http://www.humbertorosa.com.br/.../Contabilidade_Gerencial...Pequenas_e_Medias_Empresas/Menu_Contabilidade_...) - 12k - Acesso em 17 de Mar. de 2010.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

TACHIZAWA, T.; FARIA, M. de S. **Criação de novos negócios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

TELES, Egberto Lucena. **A demonstração do fluxo de caixa como forma de enriquecimento das demonstrações contábeis exigidas por lei**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, v.26, n.105, p.64-71, jul./1997.

THIESEN, João Amo de Oliveira. **A demonstração do fluxo de caixa nas organizações e sua importância como instrumento da tomada de decisões**. Revista do conselho regional de contabilidade do rio grande sul. Porto Alegre: 2002.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiros**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.

APÊNDICE 1**1- Faixa Etária.**

- ☐ 18 aos 25 anos ☐ 26 aos 33 anos ☐ 34 aos 41 anos ☐ 42 aos 49 anos
☐ Acima de 50 anos

2- Gênero.

- ☐ masculino ☐ feminino

3- Escolaridade.

- ☐ Primeiro Grau Incompleto
☐ Primeiro Grau Completo
☐ Segundo Grau Incompleto
☐ Segundo Grau Completo
☐ Superior Incompleto
☐ Superior Completo
☐ Pós-Graduação

4- Qual é o ramo de atividade de sua empresa

- ☐ indústria ☐ comércio ☐ serviço

5- Motivo que o levou a abertura da empresa

- ☐ experiência no ramo de atividade
☐ dificuldade em se recolocar no mercado de trabalho
☐ realização pessoal
☐ oportunidade de negócio
☐ complementar a renda mensal

6- Há quantos anos a empresa atua no mercado

- ☐ até 1
☐ mais de 1 e menos de 2 ☐ 2 ou mais e menos de 3
☐ 3 ou mais e menos de 4 ☐ 4 ou mais e menos de 5
☐ 5 ou mais e menos de 6 ☐ 6 ou mais e menos de 7
☐ 7 ou mais e menos de 8 ☐ 8 ou mais e menos de 9
☐ 9 ou mais e menos de 10 ☐ 10 ou mais

7-Quantidade de funcionários

- ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8 ☐ 9
☐ 10 ☐ 11 ☐ 12 ☐ 13 ☐ 14 ☐ 15 ☐ 16 ☐ 17 ☐ 18
☐ 19

8- O imóvel onde a empresa esta instalada é próprio?

- ☐ sim ☐ não

9- Você conhece o demonstrativo do Fluxo de Caixa?

() sim () não

10- Você utiliza fluxo de caixa para controle das entradas e saídas de caixa?

() sim () não

11- A periodicidade de atualização do fluxo de caixa ocorre:

() diariamente () semanalmente () quinzenalmente () mensalmente
() não faço

12- Periodicidade de atualização do Fluxo de Caixa ou Demonstrativo de Entradas e Saídas:

	Concordo Totalmente	Concordo	Não discordo Nem concordo	Discordo	Discordo Totalmente
Diariamente					
Semanalmente					
Quinzenalmente					
Mensalmente					

13- A atualização do fluxo de caixa deve ocorrer:

	Concordo Totalmente	Concordo	Não discordo Nem concordo	Discordo	Discordo Totalmente
Diariamente					
Semanalmente					
Quinzenalmente					
Mensalmente					

14- Você utiliza como ferramenta para elaborar o Fluxo de Caixa da empresa

() Sistema de Fluxo de Caixa () Planilha desenvolvida em Excel
() Apontamentos manuais () Não utilizo nenhum recurso

15- Sua empresa já realizou captação de recursos (empréstimo) em bancos ou *factoring*?

() sim () não

16- Sua empresa atualmente possui empréstimos com bancos?

() sim () não

17- É importante a empresa realizar empréstimos para a manutenção de sua atividade.

() Concordo Totalmente () Concordo () Não discordo e Nem concordo
() Discordo () Discordo Totalmente

18- Sua empresa possui alguma modalidade de aplicação financeira em bancos?

() sim () não

19- Para a empresa é importante ter aplicação financeira.

☐ Concordo Totalmente ☐ Concordo ☐ Não discordo e Nem concordo
☐ Discordo ☐ Discordo Totalmente

20- Você venderia um bem para cumprir obrigações da sua empresa?

☐ sim ☐ não

21- Está em nome da empresa a conta utilizada para realizar depósitos e pagamentos?

☐ sim ☐ não

22- O controle da conta corrente é realizado:

☐ diariamente ☐ semanalmente ☐ quinzenalmente
☐ mensalmente ☐ não faço

23- Você efetua retirada no caixa para pagar suas contas pessoais?

☐ sim ☐ não

24- Está em nome da empresa (Pessoa Jurídica) a conta utilizada para realizar depósitos e pagamentos?

☐ sim ☐ não

25- É importante o controle da conta corrente, para administrar a empresa.

☐ Concordo Totalmente ☐ Concordo ☐ Não discordo e Nem concordo
☐ Discordo ☐ Discordo Totalmente

26- O seu contato com o escritório de contabilidade ocorre?

☐ diariamente ☐ semanalmente ☐ quinzenalmente ☐ mensalmente
☐ não faço

27- Quais são os documentos recebidos mensalmente do escritório de contabilidade?

☐ Guias para Pagamento de Impostos ☐ Guias para Pagamento de Impostos e Demonstrativo do Resultado do Exercício ☐ Guias para Pagamento de Impostos , Demonstrativo do Resultado do Exercício e Balanço Patrimonial
☐ Guias para Pagamento de Impostos , Demonstrativo do Resultado do Exercício, Balanço Patrimonial e Demonstrativo do Fluxo de Caixa.

28- Para a empresa o Fluxo de caixa fornece informações que são utilizadas para planejar as entradas e saídas de caixa para os próximos meses.

☐ Concordo Totalmente ☐ Concordo ☐ Não discordo e Nem concordo
☐ Discordo ☐ Discordo Totalmente

APÊNDICE 2

[illegible]